

COLEÇÃO ESPÍRITO DO NOSSO TEMPO

DIREÇÃO DE NEIL R. DA SILVA

8.

*Capa de PINHORAH*



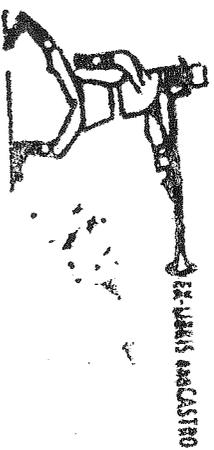
LivrARIA ITATIAlA LIMITADA  
Rua da Bahia, 916 — Fone 2-8630  
Belo Horizonte

LEWIS MUMFORD

# A CULTURA DAS CIDADES

☆

*Tradução de*  
NEIL R. DA SILVA



EDITORA  
*Itatiaia*  
LIMITADA  
BELO HORIZONTE

(13)	Romantismo e Humanitarismo .....	240
(14)	As Promessas do Ferro e do Vidro .....	241
V: ELEMENTOS DE PLANEJAMENTO		
(15)	Tipos de Plantas Tradicionais .....	248
(16)	e (17) Amsterdão: Planejamento Orgânico — <i>Entre 248 e .....</i>	249
VI: A METRÓPOLE		
(18)	O Coração do Império .....	249
(19)	Rotina de Megalópolis .....	256
(20)	Sonho e Realidade .....	257
(21)	Nova York: Congestionamento Ilimitado .....	272
VII: O COMPLEXO REGIONAL		
(22)	Esboço de Planejamento Regional .....	273
(23)	Agentes do Desenvolvimento Regional .....	288
(24)	O Vale do Tennessee .....	289
VIII: A CIVILIZAÇÃO BIOTÉCNICA		
(25)	Novas Origens da Forma .....	368
(26)	Monumentos vs. Edifícios .....	369
(27)	O Novo Vernáculo .....	384
(28)	Reabilitação Urbana .....	385
IX: A CIDADE E A REGIÃO		
(29)	Zonamento Funcional .....	432
(30)	Novos Tipos Modernos .....	433
(31)	Cidades de Cinturão Verde .....	448
(32)	Frankfurt-Römerstadt: Ordem Biotécnica .....	449

## I N T R O D U Ç Ã O

A cidade, tal como é encontrada na História, é o ponto de máxima concentração do vigor e da cultura de uma comunidade. É o lugar onde vão concentrar-se os raios emitidos por muitos focos separados de vida, com proveitos tanto em eficiência como em significação social. A cidade é a forma e o símbolo de um conjunto integrado de relações sociais: é a sede do templo, do mercado, da cõrte de justiça, da academia, de ensino. Na cidade, os bens da civilização encontram-se multiplicados e diversificados; é aí que a experiência humana toma a forma de sinais executáveis, de símbolos, de padrões de conduta, de sistemas de ordem. É aí que se encontram os produtos da civilização; também aí, o ritual acaba por transformar-se no drama ativo de uma sociedade plenamente diferenciada e consciente de si mesma.

As cidades são um produto da terra. Relletem a sagacidade do camponês ao dominar a terra; tecnicamente, apenas prolongam a sua habilidade em dar ao solo empregos produtivos, em resguardar-lhe o gado com segurança, em regular as águas que irrigam os seus campos, em fornecer silos e celeiros para as suas colheitas. As cidades são a representação dessa vida estável que começa na agricultura permanente: uma vida que se vive com o auxílio de abrigos permanentes, de utilidades permanentes tais como pomares, vinhedos e obras de irrigação, e de edificações permanentes para proteção e armazenagem.

Tôdas as fases da vida no campo contribuem para a existência das cidades. Aquilo que sabem o pastor, o madeireiro e o mineiro vem a ser transformado e "espiritualizado" através da cidade em elementos duráveis da herança humana: os tecidos e a manteiga de um, os fossos, os diques, os tonéis e as ripas de madeira de outro, os metais e as jóias do terceiro, são finalmente convertidos em instrumentos de vida urbana; servem de base para a existência econômica da cidade, contribuem com arte e sabedoria para a sua rotina diária. Den-

tro da cidade, a essência de cada tipo de solo, de trabalho e de propósito econômico acha-se concentrada: nascem assim possibilidades maiores de intercâmbio e novas combinações que não se verificam no isolamento dos seus *habitats* naturais.

As cidades são um produto do tempo. São os moldes dentro dos quais a existência dos homens se resfria e condensa, dando forma duradoura, por via da arte, a momentos que, de outra forma, findariam com os vivos e não deixariam atrás de si meios de renovação e de participação mais ampla. Na cidade, o tempo torna-se visível: os edifícios, os monumentos, as vias públicas, mais claramente que o testemunho escrito, mais sujeitos ao olhar de muitos homens do que os artefatos dispersos do campo, deixam uma impressão nas mentes até mesmo dos ignorantes ou dos indiferentes. Graças ao fato material da preservação, o tempo desafia o tempo, o tempo choca-se com o tempo; os hábitos e os valores passam além do grupo vivente, assinalando com diferentes estratos de tempo o caráter de qualquer geração. Caimada sobre camada, as eras passadas conservam-se na cidade até que a própria vida esteja finalmente ameaçada de sufocamento; neste ponto, num gesto claro de defesa, o homem inventa o museu.

Por força da diversidade da sua estrutura temporal, a cidade furta-se em parte à tirania de um presente único e à monotonia de um futuro que consiste em repetir apenas uma única batida ouvida no passado. Através da sua complexa orquestração de tempo e de espaço, não menos que através da sua divisão do trabalho, a cidade assume o caráter de uma sinfonia: aptidões humanas especializadas, instrumentos especializados, produzem resultados sonoros que, nem em volume nem em qualidade, poderiam ser obtidos de qualquer peça única.

As cidades nascem das necessidades sociais do homem e multiplicam tanto os seus costumes como os seus meios de expressão. Na cidade, forças e influências remotas entremisturam-se com o que é local: os seus conflitos não são menos significativos que as suas harmonias. E aqui, através da concentração dos meios de contacto no mercado e no lugar de reuniões, apresentam-se maneiras alternantes de existir: os costumes profundamente arraigados da aldeia deixam de ser coercitivos, as metas ancestrais deixam de bastar integralmente; homens e mulheres estranhos, estranhos interesses e deuses ainda mais estranhos afrouxam os seus laços tradicionais de sangue e de vizinhança. Um navio que passa, uma caravana que se detém na cidade, podem trazer uma tinta nova para a lã, um novo revestimento vítreo para o prato do oleiro,

um novo sistema de sinais para comunicações a longa distância ou um pensamento novo sobre o destino humano.

No meio urbano, os choques mecânicos produzem resultados sociais e, as necessidades sociais podem tomar a forma de ideais e invenções que levarão indústrias e governos a seguir novos canais de experiência. Ora é a necessidade de um lugar fortificado comum para servir de abrigo contra ataques predatórios que leva os habitantes da aldeia indígena para uma fortificação na encosta de um monte: graças ao juntamento obrigatório para a defesa, surgem possibilidades de contacto mais regular e de mais ampla cooperação. Esse fato ajuda a transformar a rede de aldeias numa cidade unificada, com o seu teto mais elevado de realizações, com os seus horizontes mais largos. Ora é a participação coletiva na experiência e o estímulo da crítica racional que transformam os ritos da celebração da aldeia em formas criadoras mais vigorosas do trágico drama: a experiência aprofunda-se assim como se difunde mais largamente por meio desse processo. Ou ainda, noutra ordem de idéias, o repositório passivo de valores do urives passa a ser, graças à pressão das necessidades urbanas e as circunstâncias favoráveis do mercado, o agente dinâmico do capitalismo, o banco que empresta dinheiro assim como o guarda, pondo o capital em circulação e dominando, enfim, os processos de comércio e de produção.

A cidade é um fato da natureza, tal como uma gruta, um cardume de sardinhas ou um formigueiro. Mas é também uma obra de arte consciente, e contém dentro da sua estrutura comunal muitas formas de arte mais simples e mais pessoais. A mente *toma forma* na cidade; e as formas urbanas, por sua vez, condicionam a mente. Porque o espaço, não menos que o tempo, é engenhosamente reorganizado nas cidades: nas linhas divisorias e nos contornos, na fixação de planos horizontais e de culminâncias verticais, na utilização ou negação do sítio natural, a cidade registra a atitude de uma cultura e de uma época diante dos fatos fundamentais da existência. O zimbório e a torre, a avenida aberta e o pátio fechado contêm a história não apenas de diferentes acomodações físicas, mas de concepções essencialmente diferentes do destino do homem. A cidade tanto é uma comodidade física para a existência coletiva como um símbolo dos propósitos e unanimidades coletivos que surgem sob tais condições favoráveis. Com relação até à própria língua, ela continua sendo a maior obra de arte do homem.

Através do seu domínio concreto e visível sobre o espaço, a cidade presta-se não somente às tarefas práticas de pro-

dução mas também à comunhão quotidiana dos seus cidadãos; esse efeito constante da cidade, como uma obra de arte coletiva, foi expresso de um modo clássico por Thomas Mann, na allocução que fez aos seus concidadãos de Lübeck, quando esta comemorou o aniversário da sua fundação. Quando a cidade deixa de ser um símbolo de arte e de ordem, passa a agir de maneira negativa: a exprimir e a ajudar a tornar mais universal a realidade da desintegração. Nos distritos mais densos da cidade, as perversões e os males propagam-se mais rapidamente; e nas pedras da cidade vêm a incorporar-se esses fatos anti-sociais; não foi o triunfo da vida urbana que despertou a ira profética de um Jeremias, de um Savonarola, de um Rousseau ou de um Ruskin.

Que coisa transforma o regime agrícola passivo da aldeia nas instituições ativas da cidade? Não se trata de mera diferença de magnitude, de densidade de população ou de recursos económicos. Pois o agente ativo é qualquer fator que amplie a área do contacto local, que engendre a necessidade de comunicação e cooperação, de comunicação e de comunhão; e que crie, destarte, um padrão fundamental comum de conduta e um conjunto comum de estruturas físicas para os diferentes grupos familiares e ocupacionais que constituem a cidade. Essas oportunidades e atividades sobrepõem aos grupos primários, baseados nas sanções tradicionais e no contacto diário de face a face, as funções mais especializadas e os interesses mais propósitos dos grupos secundários: nestes, o propósito não é dado, mas escolhido; a participação e as atividades são seletivas; o próprio grupo passa a ser especializado e diferenciado.

Históricamente, o aumento da população através da mudança da caça para a agricultura pode ter estimulado essa transformação; a ampliação das rotas de comércio e a diversificação das ocupações contribuíram pela mesma forma. Mas a natureza da cidade não deve ser procurada apenas na sua base económica: a cidade é, antes de mais nada, um resultado social. O que caracteriza a cidade é a sua complexidade social de propósitos. Ela representa a possibilidade máxima de humanização do ambiente natural e de naturalização da herança humana: ela dá ao primeiro uma conformação cultural e exterioriza a segunda em formas coletivas permanentes.

“O fato fundamental e significativo com relação à cidade — como mostraram Geddes e Branford — é que a cidade... funciona como órgão especializado de transmissão social. Já acumula e incorpora a herança de uma região e combina-se em certa medida e espécie com a herança cultural das

unidades maiores, nacionais, sociais, religiosas e humanas. De um lado, encontra-se a individualidade da cidade — o sinal visível da sua vida e marca regional. Do outro, encontram-se as marcas da civilização, de que cada cidade em particular é um dos elementos constitutivos.”

Hoje em dia, uma série de coisas dificulta a plena compreensão do papel da cidade e que se transforme esse meio básico de existência comunal. Durante estes últimos séculos, a laboriosa organização mecânica da indústria e o estabelecimento de estados políticos tirânicos tornaram cega a maioria dos homens para a importância dos fatos que não se adaptam facilmente ao padrão geral de conquista mecânica, de formas capitalísticas de exploração e de coerção política. Habitualmente, costumam tratar-se as realidades da personalidade, da associação e da cidade como abstrações, do mesmo passo que se tratam confusas abstrações pragmáticas tais como moeda, crédito, soberania política, como se fossem realidades concretas, que tivessem uma existência independente das convenções humanas.

Recapitulando o curso da Civilização Ocidental desde o século quinze, verifica-se com razoável clareza que a integração mecânica e a decadência social têm caminhado lado a lado. Cresceu enormemente a nossa capacidade de organização física coletiva; mas a nossa capacidade de criar um contrapelo harmonioso para esses encadeamentos exteriores por meio de associações cooperativas e cívicas de bases tanto regionais como mundiais, como a Igreja Cristã da Idade Média, não se manteve emparelhada com esses triunfos mecânicos. Por uma dessas maliciosas reviravoltas da qual a História raramente está livre, foi precisamente durante esse período de abundância de energias físicas, de desintegração social, de experiências políticas desconcertantes, que as populações do mundo, em sua totalidade, começaram a crescer em ritmo desordenado. Formas de vida social que os mais sábios não mais compreendiam, os mais ignorantes estavam preparados para construir. (Ou melhor: os ignorantes achavam-se completamente despreparados, mas isso não impediu a construção.)

O resultado não foi uma confusão temporária e uma ocasional perda de eficiência. O que sucedeu foi uma cristalização do caos: a desordem petrificou-se extravagantemente no cortiço e nos distritos fabris; e o êxodo para os subúrbios-dormitórios e para os distritos operários que rodeavam as cidades em crescimento meramente ampliaram a área de confusão social. O revestimento físico mecanizado ganhou prioridade, em todas as cidades que cresçam, sobre o núcleo físico:

os homens tornaram-se dissociados como cidadãos por força daquele mesmo processo em que se reuniam em organizações econômicas dominantes. A própria indústria, que fôra supostamente beneficiada por essa construção sem plano e organização física guiada pelo acaso perdeu seriamente em eficiência: deixou de produzir uma nova forma urbana que servisse diretamente aos seus complicados processos. No que se refere às populações urbanas em desenvolvimento, careciam elas das necessidades mais elementares para a vida urbana, até mesmo de sol e ar puro, para nada dizer dos meios de vida social mais vívida. Cresceram as nossas cidades sem o benefício de um conhecimento social coerente ou de um esforço social ordenado: não ficaram nem com os valiosos costumes populares urbanos da Idade Média nem com o confluente domínio estético do período barroco; com efeito, um campônio holandês do século dezessete, na sua aldeia, conhecia a arte de viver em comunidade melhor que um conselheiro municipal de Londres ou Berlim, no século dezenove. Estadistas que não vacilavam em amontoar uma variedade de interesses regionais dentro de estados nacionais, ou que criaram um império que envolvia o planeta, não conseguiram produzir sequer um bosquejo de vizinhança aceitável.

Em todos os setores, desintegrou-se a forma: a não ser pela sua herança do passado, a cidade desapareceu como corporificação de arte e técnica coletivas. E onde, como na América do Norte, a perda não foi aliviada pela presença continuada de grandes monumentos do passado e hábitos persistentes de vida social, o resultado foi um ambiente rude, dissoluto, uma vida social estreita, forçada e frustrada. Até mesmo na Alemanha e nos Países Baixos, onde as tradições de vida urbana já existiam desde a Idade Média, cometeram-se os erros mais colossais nas tarefas mais corriqueiras de planejamento e construção urbana. À medida que aumentava o ritmo de urbanização, ampliava-se o círculo de devastação.

Hoje, vemos-nos diante não apenas da desintegração social do início. Enfrentamos da mesma maneira os resultados físicos e sociais da desintegração: paisagens arruinadas, distritos urbanos desordenados, focos de doenças, trechos de deserto, milhas e milhas de cortiços padronizados, enxameando nas áreas que circundam as grandes cidades e confundindo-se com os seus subúrbios íntreos. Em resumo: malôgro geral e a derrota do esforço civilizado. Tão distanciadas ficaram as nossas realizações das nossas necessidades que todos os cem anos de persistente reforma na Inglaterra, o primeiro país

a sofrer drasticamente por causa da desurbanização, apenas na última década \* começaram a deixar a sua marca. Na verdade, existem aqui e ali zonas onde há bons edifícios e forma social congruente; novos estilos podem ser percebidos, e desde 1920 aquelas zonas vêm-se propagando. Mas os resultados capitais de mais de um século de construções erradas, má formação, dissociação e desorganização ainda estão patentes. Tanto faz que o observador concentre o seu olhar na estrutura física da vida comunal como nos processos sociais que devem ser corporificados e expressos, a impressão permanece a mesma.

Hoje, começamos a sentir que a melhoria das cidades não é matéria para pequenas reformas unilaterais: a tarefa de traçar uma cidade implica a tarefa maior de reconstruir uma nova civilização. Precisamos alterar os métodos de vida parasitários e predatórios que ora desempenham papel tão relevante, e precisamos criar, região por região, continente por continente, uma simbiose efetiva ou uma vida cooperativa comum. O problema é coordenar, com base nos valores humanos mais essenciais que a ambição de poder e a ambição de lucros, uma série de funções e de processos sociais de que até agora fizemos mau uso na construção de cidades e de formas de governo, ou dos quais nunca racionalmente tiramos partido.

Infelizmente, as filosofias políticas em moda no século passado são de muito pouca valia na definição dessa nova tarefa: tratavam elas de abstrações legais como o Indivíduo e o Estado, de abstrações culturais como a Humanidade, a Nação e o Povo, ou de simples abstrações econômicas como a Classe Capitalista e o Proletariado — enquanto que a vida como era concretamente vivida, em regiões, cidades e aldeias, em trigais, milharais e vinhedos, na mina, na pedreira, no local de pesca, era concebida apenas como uma sombra dos mitos prevaletentes ou das arrogantes fantasias das classes dominantes — ou das muitas vezes não menos sombrias fantasias daqueles que as desafiavam.

Vez por outra, notam-se, de certo, exceções vigorosas tanto em teoria como na ação. Le Play e Reclus na França, H. W. Riehl na Alemanha, Kropotkin na Rússia, Howard na Inglaterra, Grundtvig na Dinamarca, Geddes na Escócia, começaram, meio século atrás, a lançar as bases de uma nova ordem. O descortino desses homens pode revelar-se tão importante

(\*) A primeira edição deste livro foi publicada em Nova York em 1938 (N. do T.).

como o novo regime biotécnico, baseado na cultura deliberada da vida, como as formulações de Leonardo, Galileu, Newton e Descartes o foram para a ordem maquinaal mais limitada sobre a qual os triunfos passados da nossa civilização mecânica tiveram a sua base. Nesse aperfeiçoamento gradual das cidades a obra de sanitistas como Olmsted e Richardson, de planejadores de comunidades como Chadwick e Richardson, perspicazes como Parker e Wright, proporcionou a base concreta para um ambiente coletivo do qual as necessidades da reprodução, de nutrição e de desenvolvimento psicológico e os próprios processos sociais iriam adequadamente servir-se.

Orá, o meio urbano dominante do século passado foi principalmente um acanhado produto da ideologia da máquina. E a sua maior porção já se tornou obsoleta ante o rápido avanço das artes e ciências biológicas e ante a penetração incontestada do pensamento sociológico em todos os setores. Chegamos agora a um ponto em que as novas acumulações de percepção histórica e de conhecimento científico estão a ponto de transbordar para a vida social, para modelar de novas formas das cidades, para cooperar na transformação assindados instrumentos como das metas da nova civilização. Já se tornam visíveis as alterações profundas que irão afetar a distribuição e o aumento da população, a eficiência da indústria e a qualidade da Cultura Ocidental. Formular uma estimativa precisa dessas novas potencialidades e insinuar o seu encaminhamento pelos canais do bem-estar humano é um dos encargos mais importantes do estudioso contemporâneo das cidades. Em última análise, tais estudos, antevistos e projetos de imaginação precisam apoiar-se diretamente na vida de todo ser humano em nossa civilização.

Que é a cidade? Como funcionou o Mundo Ocidental a partir do décimo século, quando começou a renovação das cidades, e em particular, que alterações se verificaram na sua composição física e social durante o último século? Que fatores condicionaram o tamanho das cidades, os limites do seu desenvolvimento, o tipo de ordem evidenciada no planejamento de ruas e nas construções, a maneira pela qual se constituíram os seus núcleos, a composição das suas classes econômicas e sociais, a sua modalidade de existência física e o seu estilo cultural? Por força de quais processos políticos de federação ou amalgama, união cooperativa ou centralização, existiram as cidades? e que novas unidades de administração sugere a época presente? Teremos já encontrado uma forma urbana apropriada para referir todas as complexas forças técnicas e sociais da nossa civilização? e se é discre-

ível uma nova ordem, quais são as suas linhas básicas? Quais são as relações entre a cidade e região? E que passos se fazem necessários para redefinir e reconstruir a própria região, como habitação humana coletiva? Quais são, em suma, as possibilidades de criação de forma, ordem e desígnio em nossa atual civilização?

Tais são algumas das perguntas que irei propor no estudo que se segue. Onde fôr possível, lançarei mão, para responder, de exemplos contemporâneos concretos; processo que é sobremaneira fácil, porque os germes e as formas embrionárias da nova ordem já, em grande parte, existem a esta altura. Mas onde tal fôr impossível, tratarei de descobrir o princípio essencial com base no qual pode predizer-se uma resposta ou solução exequível.

Hoje, o nosso mundo acha-se diante de uma crise: uma crise que, se as suas consequências forem tão graves como agora parecem, pode ainda não estar completamente resolvida antes de mais um século. Se as forças destruidoras da civilização ganharem predominância, a nossa nova cultura urbana será atingida de todos os lados. As nossas cidades, dinamiçadas e desertas, serão cemitérios para os mortos; fritos e covis entregues às bestas menos destruidoras que o homem. Podemos, porém, evitar esse destino: talvez que somente ao enfrentar um desafio assim desesperado, as forças criadoras venham a reunir-se eficientemente. Em vez de nos apegarmos às sardônicas fórmulas funerárias das finanças metropolitanas, cabe-nos marchar para os campos recém-amanhados, criar novos modelos de ação política, alterar para propósitos humanos os pérfidos mecanismos do nosso regime econômico, conceber e fazer germinar formas novas de cultura humana.

Em vez de aceitar o código culto dos mortos que os fascistas erigiram como a coroa apropriada para o servilismo e a brutalidade que são os pilares dos seus estados, devemos erigir o culto da vida: da vida em ação, como a conhecem o fazendeiro ou o mecânico; da vida em expressão, como a conhece o artista; da vida como a sente o amante e como o pai a pratica; da vida como é conhecida pelos homens de boa vontade que meditam no claustro, experimentam no laboratório ou planejam inteligentemente na fábrica ou no departamento do governo.

Nada é permanente: certamente não o são as imagens geladas do poder bárbaro com que o nazismo agora se nos defronta. Essas imagens podem facilmente ser esmagadas

por um choque vindo de fora, despedaçadas tão ignominiosamente como um Dragão caído, maciço ídolo dos que não crêem em Deus; ou podem vir a ser derretidas pelo calor interno de homens e mulheres normais. Nada perdura que não seja a vida, a capacidade de nascer, crescer, e renovar-se. Quando, mais uma vez em nossa civilização, a vida rebelar-se para vencer a confiança inexorável da barbárie, a cultura das cidades será, a um só tempo, instrumento e meta.

## CAPÍTULO I

### PROTEÇÃO E A CIDADE MEDIEVAL

#### 1. — *Despindo o Mito Medieval*

Antes que se trate da cidade medieval, é preciso que se dispam as falsas roupagens com as quais gerações sucessivas envolveram aquela parte do passado europeu. A Idade Média foi denegrida, no início da Renascença, por vícios que realmente pertenciam aos seus detratores; a História oferece muitos exemplos de "censura transferida". Assim, os primeiros habitantes das cidades históricas foram reprovados por terem demolido preciosos monumentos romanos, que de fato só foram destruídos depois de ter chegado justamente o período que professava dar-lhes valor, a era dos neo-humanistas.

Afastemo-nos, para começar, da noção de que o período do décimo ao décimo-sexto século foi um composto de ignorância, corrupção, brutalidade e superstição; pois tal descrição não se adapta inteiramente à totalidade da Europa, nem mesmo durante as piores partes dos Tempos Sombrios, que sentiram ainda a influência civilizadora do monaquismo celta e da ordem e da economia rigorosa de Carlos Magno. Essa impressão sôbre a Idade Média é parcialmente um produto dos "Romances Góticos" do século dezoito, com os seus quadros sombrios de câmaras de tortura, teias de aranha, mistério e desvario. Sem dúvida, tais elementos existiram; não caracterizaram, porém, a civilização em seu todo, assim como a existência de bandoleiros armados, de quadrilhas organizadas e de piratas fascistas não caracteriza a nossa civilização actual. Não se devem ampliar os pontos negros do passado nem diminuir os dos nossos próprios dias.

É preciso, de certo, que se ponham igualmente de lado as graciosas tapeçarias da Idade Média compostas por Pugin, Ruskin, Morris e escritores semelhantes: êles muitas vezes trataram de intenções como se fôssen fatos e a de ideais



## A POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### CAPÍTULO VI

#### 1. — *Regionalismo e Política*

A reanimação e a reconstrução das regiões, como obras deliberadas de arte coletiva, são a grande tarefa da geração atual. Surgem aí renovados, numa forma que tem agora significação mais completa, os problemas fundamentais das inter-relações humanas através das fronteiras étnicas, ideológicas e culturais que nos foram legadas pelo passado. E, como as novas tarefas de construção de regiões implicam em deslocamentos da população, migração para áreas mais apreciadas e construção ou reconstrução de uma infinidade de novos complexos urbanos, a política do desenvolvimento regional passa a ter importância crítica. Não se trata apenas de termos de definir e exprimir a região: precisamos revelar, por meio de experiências deliberadas, as áreas de cooperação inter-regional e de autoridade supra-regional. Substituindo as funções do Estado-poder pelas do Estado-serviço, devemos também transformar a estrutura das organizações existentes. A tarefa exige audácia imaginativa e visão moral; quanto às proporções dessas duas coisas, podem ser descobertas pelo exame dos métodos de coordenação política que se formaram no nosso passado recente.

O processo de unificação política verificou-se, pelo mundo inteiro, com um desprezo razoavelmente liberal das realidades geográficas e econômicas. E o resultado é que as áreas políticas, as áreas econômicas e às áreas culturais não existem em relação concêntrica: as superposições, as duplicações, os conflitos e os espaços vazios caracterizam as nossas relações territoriais. Embora se considere que a soberania do Estado deva polarizar tôdas essas relações, na verdade ela annuncia a confusão, uma vez que, freqüentemente, procura desfazer-se,

no interesse da "unidade", de fidelidades mais naturais. De um modo geral, a unificação política tem equivocado à desregionalização; isso é igualmente verdadeiro em estados federais, como os Estados Unidos, e em estados unitários, como a França. Enquanto que os poderes do governo central tornaram-se maiores e aumentou o seu território, os poderes das regiões e cidades locais reduziram-se, mais cedo talvez na França, mais tarde na Alemanha. Finalmente, cada Estado inclinou-se a alcançar a condição patológica espiritualmente descrita pelo crítico francês: apoplexia no centro, paralisia nas extremidades.

Na criação do aspecto de unidade política entre regiões e comunidades diferentes, a idéia de nação foi de grande importância, embora seja um termo tão vago e tão contraditório que sempre deve ser tomado num sentido místico, a significar tudo aquilo que as classes governantes julgam conveniente que signifique num dado momento. Às vezes, é a língua a chave da nacionalidade; às vezes, um território político comum; às vezes, instituições comuns; às vezes, tôdas essas coisas reunidas. Mas uma língua comum não faz dos ingleses e americanos uma nação única, e um território comum não faz dos alemães e do tchecos da Tchéco-Eslováquia uma nação única; assim, em qualquer sentido científico, o conceito é inútil. Considerado realisticamente, todavia, o "nacionalismo" é uma tentativa de fazer com que as leis, os costumes e as crenças de uma única região ou cidade representem o modelo para as várias manifestações de uma multidão de outras regiões. Na medida em que tal unidade não surja de fidelidades espontâneas e afinidades naturais, torna-se necessário mantê-la constantemente, à custa de esforço deliberado: doutrinação na escola, propaganda na imprensa, leis restritivas, extirpação de dialetos e línguas rivais, por zombaria ou força de lei, supressão de costumes e privilégios das minorias.

O Estado nacional, felizmente, jamais chega a alcançar algo parecido com a omni-competência e onipotência a que aspira. Apenas em épocas de guerra, quando as fronteiras ficam fechadas, quando o movimento de homens e bens e idéias através dos limites "nacionais" pode ser bloqueado, quando um senso penetrante de médo sanciona a extirpação das diferenças, chega o Estado nacional a conformar-se ao seu modelo ideal. Todos os grandes estados nacionais e todos os impérios formados em torno de um núcleo nacional são, no fundo, estados beligerantes: a sua política é a política da guerra; e a preocupação absorvente das suas classes gover-

nantes concentra-se no preparo coletivo para o assalto armado. A última caricatura dessa tendência é a Alemanha Nacional Socialista de hoje, com a sua fátua mitologia racial (tomada de empréstimo aos descendentes de Abraão), a sua religião de opereta e o seu culto da brutalidade — tudo concentrado na guerra.

No chamado Estado nacional, só existe uma correspondência ocasional entre os limites do Estado e os departamentos de administração do Estado, de um lado, e a natureza das regiões integrantes do outro. Forças rivais, autoridades rivais, centros rivais de cultura, são suprimidos sob um sistema centralizado de governo: veja-se o destino dos centros provincianos da França, entre 1600 e 1900, e observe-se o que está acontecendo na Alemanha, antiga pátria da liberdade municipal, em nossos dias. A supressão das características regionais no interesse da unidade nacional é sistematicamente levada a cabo pelo Estado moderno; e nesse esforço, os agentes políticos são vigorosamente estimulados pelas forças financeiras da metrópole, a procurar impor padrões uniformes a fim de assegurar o seu controle do "mercado nacional".

Mas no mesmo momento em que, na metade do século dezenove, as forças repressivas do nacionalismo pareciam a ponto de alcançar uma vitória sem par, viram-se elas diante de novo desafio. Foi em 1854 que os *Fälldbrigades* se retiraram pela primeira vez, com o fito de restabelecer a língua e a vida cultural autónoma da Provença; esse fato assinalou o início consciente de um movimento regionalista que, desde então, tem crescido lenta mas firmemente. Os bretões e os provençais, na França; os tchecos e eslovacos, no antigo Império Austro-Húngaro; os irlandeses, galeses e escoceses, na Grã-Bretanha; os bascos e catalães, na Espanha; os flamengos e valões, na Bélgica — esses e outros grupos semelhantes acentuaram as suas pretensões a uma vida regional autónoma. Se o movimento não se apoderou da Alemanha, durante esse período, tal se deu apenas porque o país, antes do advento dos nazistas, era o exemplo mais destacado de um federalismo histórico que mais ou menos satisfazia às necessidades de autonomia regional e cultural: precisava-se apenas de uma redefinição política das regiões componentes, inclusive a divisão da Prússia, para fazer da Alemanha um exemplo mundial de regionalismo económico e cultural.

A ascensão dos grupos regionais levantou o espectro da desunidade nacional, imagem fatal para os estados abortos na guerra ou nos preparativos para a guerra. Por isso, os sistemas nacionais de educação tentaram pôr abaixo tudo o

que tivesse sobrevivido em matéria de consciência regional: a história é a história nacional, e o ponto de convergência dos acontecimentos é sempre a capital nacional, não a cidade local. Mais ainda, as modas metropolitanas e a propagação da metrópole, difundidas através de revistas e jornais, procuraram fazer com que todo o movimento de autonomia regional parecesse senão realmente traçozeiro, um tanto ridículo. Como os governantes do Estado se recusassem a dar ao regionalismo uma posição na estrutura existente da comunidade política, chegaram eles, em certa medida, a forçar o movimento em favor da autonomia e assumir um aspecto recalcitrante e retrógrado. O regionalismo foi identificado com o sectionalismo ou o separatismo; e até mesmo os próprios regionalistas muitas vezes deram demasiado realce à formação de estados soberanos fracionários, como se os males da supercentralização e as superstições da soberania austriana viessem a ser reduzidos pela multiplicação das oportunidades de mesquinho despotismo.

Ainda bem no principio do movimento regionalista, observadores inteligentes como Auguste Comte e, mais tarde ainda, Le Play, não se limitaram a observar que ele estava a ponto de verificar-se, porque satisfazia às condições supremas de existência política; Comte, além disso, chegou a predirer que, dentro de um século mais ou menos, haveria cento e sessenta de tais unidades regionais, na Europa. Embora tal previsão não tenha sido completamente realizada, o fato é que há agora um número de estados maior do que havia na metade do século dezenove; e o que talvez seja mais importante, existe agora um número maior de linguas nacionais do que as que havia um século atrás. A consolidação política, indiferente às realidades regionais, viu-se diante de obstáculos inesperados: ainda que sob a superfície branda da "unidade nacional", as cores das realidades geográficas, económicas e culturais subjacentes estão começando a se mostrar. Sinal da não pequena importância desse novo regime é o reconhecimento concedido na Rússia Soviética, sob Lênine, ao principio de autonomia cultural.

O fato é que as comunidades e as verdadeiras regiões não se adaptam às fronteiras e ao modelo ideológico do Estado nacional. O Estado é, via de regra, demasiado grande para definir uma região única, com os seus elementos políticos, económicos e sociais em relação simétrica, e é demasiado pequeno para incluir uma sociedade inteira, como a da Europa Ocidental ou a do Continente Norte-Americano, que deve acabar por transformar-se na esfera de um sistema mais amplo

de administração cooperativa. Os limites da autoridade funcional, tais como se implicam na organização de um sistema ferroviário continental ou da indústria de aço, não podem repousar efetivamente dentro das fronteiras fortuitas do Estado: relações mais amplas exigem uma estrutura mais ampla de autoridade, e relações mais íntimas exigem um terreno mais estreito de atividades. Isso não é menos verdadeiro com relação à arte, à ciência e à religião, que são, por natureza, partes do patrimônio comum, não de uma região, uma província ou um Estado, mas de toda uma sociedade. Não há outro meio, allora a repressão tirânica, em que os interesses de um estudioso, um homem de letras ou um membro da Igreja Católica possam ser conservados dentro dos limites do Estado nacional. Interesses reais, funções reais, real interesse, fluem através de tais fronteiras, ao passo que os órgãos efetivos de concentração não são os estados nacionais (que significam, na prática, a preeminência exclusiva da capital nacional), mas a cidade regional e a região. A polarização local de fidelidades, para todos os usos políticos sadios, não implica a construção de linhas Maginot culturais.

"Uma das principais razões para que nos livremos da política do poder — disse um eminente teórico político de Oxford — é que isso permitirá ao mundo voltar aos agrupamentos políticos naturais; e os agrupamentos naturais significam áreas menores e grupos menores." Branford e Geddes, em *Our Social Inheritance*, resumiram a situação com igual perspicácia: "Não parece, antes — dizem eles — como se algo estivesse errado em toda essa teoria e prática de moderna organização em grandes estados centralizados, com a sua rivalidade megalopolitana? Não devemos nós procurar um melhor modo de ajustar as nossas vidas humanas, para que mergulhássemos na paz e nos deliciássemos com a segurança? Se a uni-centralização é evidentemente intolerável e a septem-centralização [as sete grandes capitais nacionais] é tão instável e, por isso, deixa de ser prática, não devemos nós encarar... a descentralização delas como o verdadeiro caminho para a paz e a nova unidade europeia?"

Em ponto nenhum coincidiram as realidades da existência social com as exigências, as solicitações e as pretensões do Estado-poder: a sua política pode ter momentos de êxito, apenas pela ameaça das balonetas. Se esse fato era verdadeiro no princípio da tentativa barroca de centralizar o poder, é ainda mais maciçamente verdadeira hoje em dia, quando os transportes, as viagens e as comunicações de âmbito mundial, um sistema mundial de intercâmbio por meio de livros

impressos e discos gravados e cinema, têm dado às mais importantes atividades da sociedade um modelo de referência que não pode mais ficar restringido aos chamados territórios nacionais.

De um lado, o Estado, tal como é atualmente organizado, tende a obliterar a intimidade das comunidades primárias, organizadas na base de ativa associação quotidiana e interesse de face a face. E de outro lado, muitas vezes obstruiu viciosamente a organização e o controle de atividades numa escala primeiro continental, e posteriormente mundial. Isso se aplica à locação de recursos limitados, à passagem de bens e pessoas, à migração de indivíduos e famílias, e à exploração de territórios não colonizados ou extra-nacionais. A política do poder, tal como era praticada no passado pela Grã-Bretanha, França, Rússia e pelos Estados Unidos, e tal como se anuncia ainda mais ameaçadora hoje em dia, na Itália, na Alemanha e no Japão, funciona meramente no sentido de aumentar a área de decomposição e de extermínio da civilização.

Todavia, a nossa incapacidade de imaginar desde logo a estrutura adequada para a nossa civilização não deve ser motivo de permanente desencorajamento. Na sua maioria, as forças que operam benignamente no sentido da cooperação e da comunhão de povos são jovens, na sua maioria, as forças que operam contra tal intercuro são antigas e acham-se profundamente enraizadas nos hábitos e nas organizações institucionais. A nossa impossibilidade de fazer pelo menos uma pausa no esforço belicoso — com a exceção muito parcial e duvidosa do século dezanove — é devida parcialmente à inércia dos ônus históricos.

Com demasiada pressa, temos procurado obter uma estrutura mais benéfica da cultura, embora conservemos aqueles estados-poderes cuja existência perpetua os hábitos de conquista territorial e exploração de classes. Poder-se-ia igualmente entregar a um bando de ladrões inveterados a guarda não supervisionada do tesouro público. A extensão territorial do controle, tal como prescrita no programa original da Sociedade das Nações, não poderia contrabalançar o antigo mesmo inerente, da parte dos seus estados-membros, a qual quer forma de cooperação que implicasse numa redução do seu prestígio e poder. Tal tentativa estava, evidentemente, condenada desde logo ao fracasso; e, já em 1919, observadores inteligentes apontavam esses fundamentos para a crença de que deveria dar-se o fracasso. O que se verificou desde então apenas confirmou o realismo dessa análise elementar.

## VIII: A CIVILIZAÇÃO BIOTÉCNICA

### (25) NOVAS ORIGENS DA FORMA

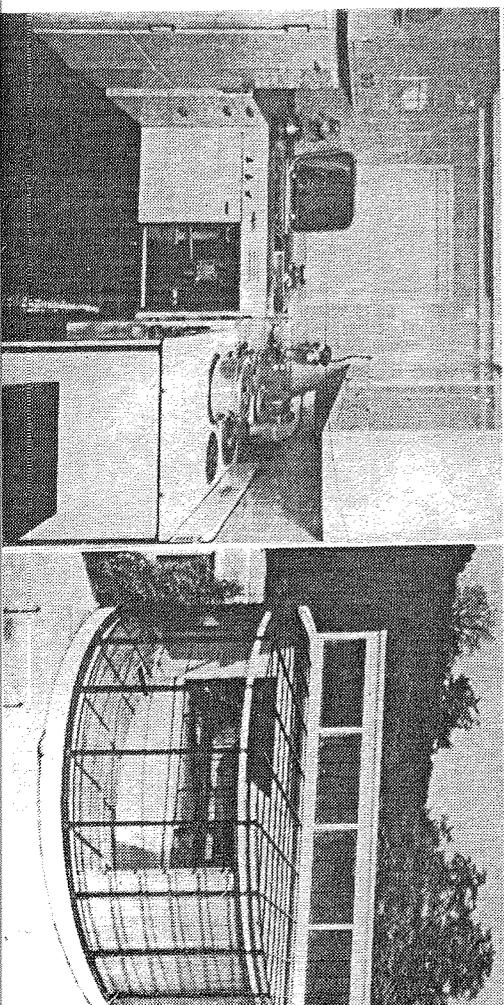
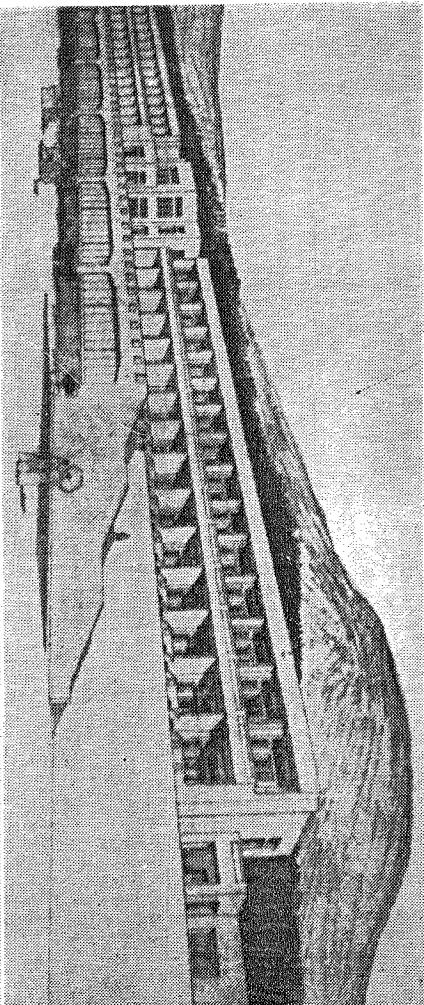
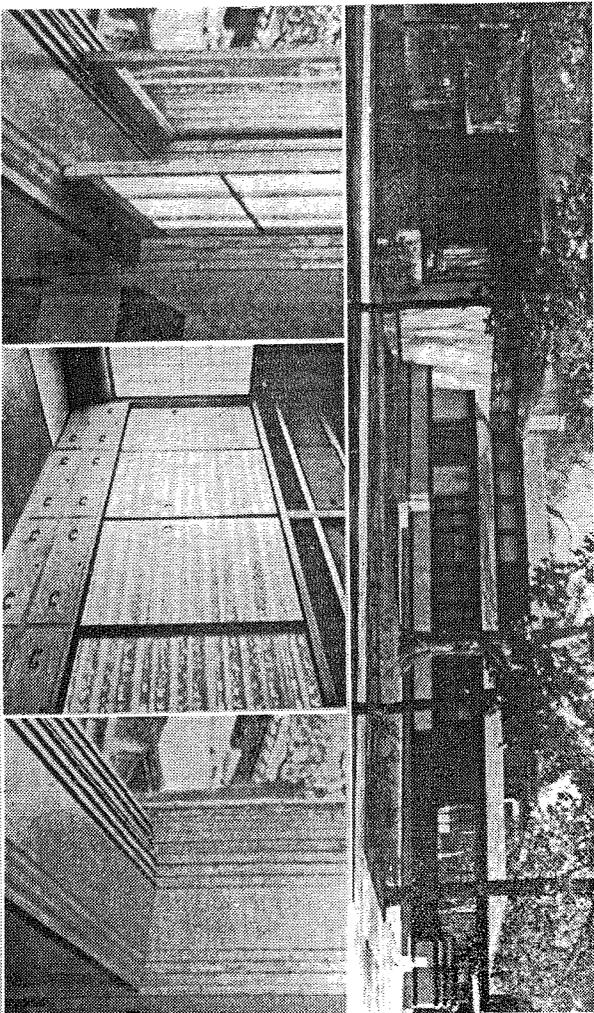
(AO ALTO) Casa suburbana projetada por Frank Lloyd Wright. Acomodando as belas adaptações indígenas na arquitetura das casas de campo de madeira introduzida na Nova Inglaterra por H. H. Richardson, Wright, nos noventa, partiu de um novo fundamento. Aqui, todo um século de experiências suburbanas culminou numa única organização do jardim e da casa. Redescobriu a janela larga, pondo de lado formas obsoletas, adaptando a forma da casa livremente aos novos requisitos da vida, incorporando o sentido de hospitalidade e camaradagem pública do Médico Oeste, Wright igualmente dramatizou o novo sentido de espaço, pondo abaixo a parede entre o ambiente interior e o exterior, e chegando à liberdade sem o sacrifício da ordem. A obra de Wright foi o primeiro símbolo da nova ordem.

(SUGERIDA ORDEM) Elementos da casa japonesa. A capacidade de eliminação dos japoneses, o seu sentido de estranha pureza e rigor estético, incorporados na sala de chá e na cerimônia do chá, a sua técnica engenhosa no uso do papel e da madeira, vêm operando na mente ocidental desde a metade do século dezoito, primeiro através das gravuras japonesas. O uso da parede e da janela de correr, o controle tanto do espaço exterior como do interior por esses meios, a utilização da própria parede — antes que do armário de cubículos — para armazenagem, oferecem fecundas sugestões que o arquiteto ocidental ainda tem de traduzir eletricamente em formas técnicas modernas. É essa a compensação parcial da civilização para a falta de humor da barbárie casta militar do Japão.

(TANGENTE) Perspectiva de um Instituto de Helioterapia, de Tony Garnier: projeto avançado para tratamento de tuberculose, cuja forma excelente é anterior de meia geração a Le Corbusier e aos Chubbistas. O que a moderna arquitetura deve ao hospital tem sido insuficientemente reconhecido: paredes lisas, portas sem marcos, interiores imaculados, decorem-se parcialmente do hospital pós-islâmico. Tais benefícios acham-se agora contrabalançados nas próprias instituições por uma falsa ideia de "sensação de lar", que não dá suficiente importância às qualidades curativas da luz, da cor, da ordem, do repouso visual.

(EM BAIXO À ESQUERDA) Moderna cozinha americana: organizado laboratório de preparo de alimentos: compacto, eficiente, deixa por si mesmo de ser uma sala de estar, mas estimula o emprego da área contígua como sala de jantar, já que as formas usadas harmonizam-se com os bons móveis modernos. Alí, a forma moderna começa a voltar da cozinha e do quarto de banho, as duas grandes utilidades biotécnicas da moradia moderna — que a distinguem completamente de outras culturas — para os aposentos restantes da casa. (*Fotografia de Erving Galloway*).

(EM BAIXO, À DIREITA) Janela e casa de exibição de primatas num moderno jardim zoológico: Regent's Park, Londres. A parede circular abre-se para o sol com tempo bom mas pode ser inteiramente fechada; adapta-se, assim, à estação e às necessidades vitais dos ocupantes. (*Fotografia do Museu de Arte Moderna*).



VIII: A CIVILIZAÇÃO BIOTÉCNICA

(26) MONUMENTOS VS. EDIFÍCIOS

(AO ALTO, À ESQUERDA) Biblioteca Pública de Nova York. Facilidades operantes como lugar para a guarda de livros e manuscritos e como local de trabalho para estudiosos, escritores e leitores, seguramente prejudicadas pelo sacrifício de espaço, conveniência e eficiência à solidez e ao caráter monumental. Atravancada, dentro de uma década desde a sua inauguração. Luz, espaço, ar e silêncio — os luxos beneditinos, conforme Dom Butler — tudo isso foi prejudicado neste projeto inepto. (Fotografia de Evelyn Galloway).

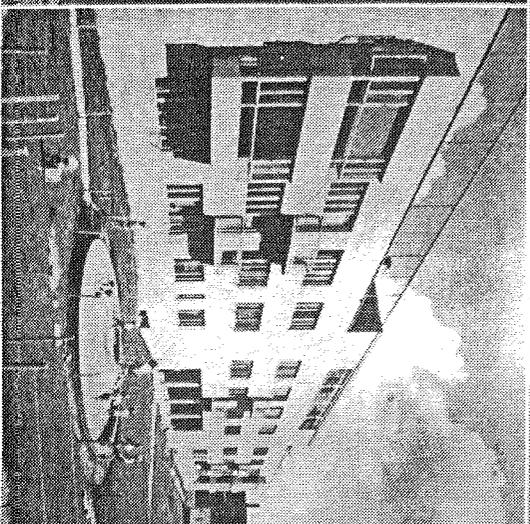
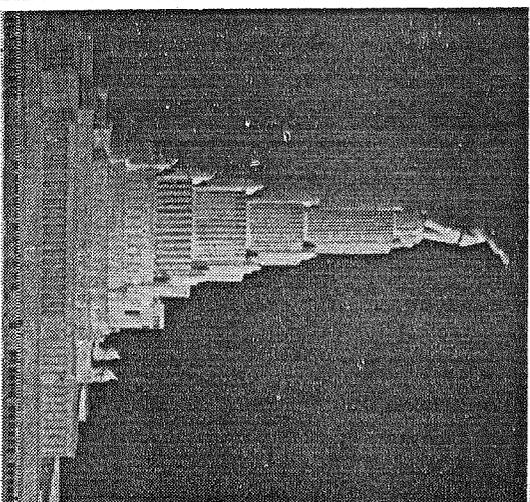
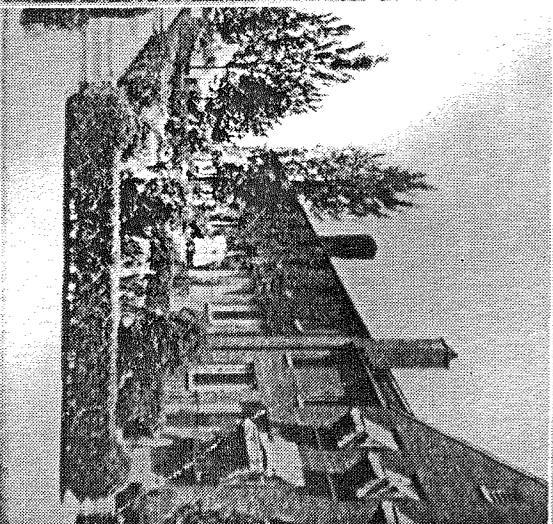
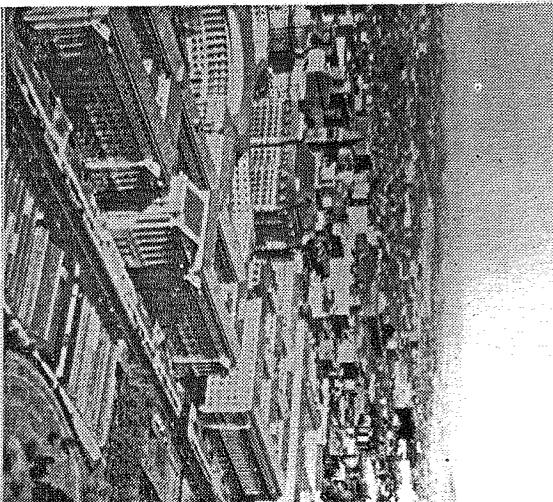
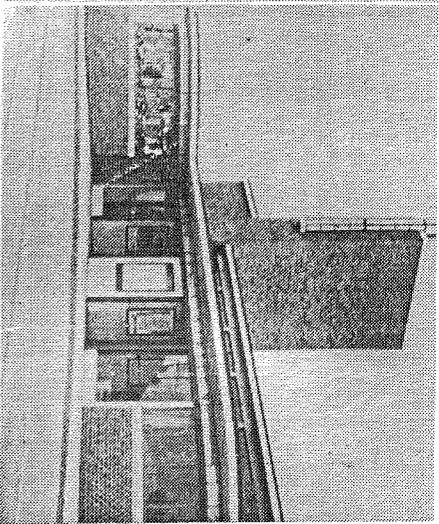
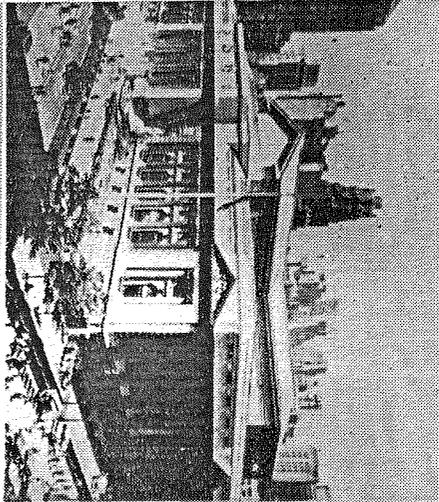
(AO ALTO, À DIREITA) Estação do Subterrâneo de Londres: excelente resultado de uma administração cujos cartazes mais fizeram pela arte pública do que muitos dos esforços mais pretensivos no sentido do desenho mural. (Fotografia do Museu de Arte Moderna).

(AO CENTRO, À ESQUERDA) Novos escritórios para a burocracia, em Washington: monumento ao planejamento irracional e irracional. Pátios fechados que recebem o sol de verão sem tirar partido das brisas de verão, janelas sacrificadas ao maciço estilo clássico, desperdício grotesco de dinheiro em entediantes colunas de pedra, que retêm ainda mais a luz e o ar. Em parte alguma uma indicação clara do destino do prédio ou da situação dos departamentos. Esse projeto de edifício unificado poderia ter estabelecido um admirável precedente para a construção racional de edifícios de negócios em todas as cidades; infelizmente, foi originado esteticamente para uma obsoleta perspectiva barroca, característica de uma ordem despótica. (Fotografia de Evelyn Galloway).

(AO CENTRO, À DIREITA) Pátio em Sunnyside Gardens, Long Island, com jardim comum no centro (arquiteto F. L. Achenman). Planejamento abrangente e ordenado de uma nova ordem: o pátio aberto em ângulo reto com a rua ou estrada é uma característica da organização *Zellenbau* de quarteirões. Sunnyside Gardens, na sua combinação de iniciativa técnica e social, continuou a obra de experimentação habitacional iniciada nos projetos habitacionais dos Estados Federais, durante a guerra: a sua demonstração de planejamento racional de vizinhança e de desenvolvimento comunitário abriu o caminho do movimento habitacional público em larga escala, iniciado em Washington em 1932. A destinação da comunidade de Sunnyside, durante a crise econômica, foi um sinal, não de quaisquer erros essenciais no projeto, as da inevitável *maturação de toda propriedade individual da casa*, mesmo no tipo não especulativo incentivado pelas cooperativas ou corporações de dividendos limitados, dentro da nossa atual estrutura financeira. Só habitações de propriedade pública podem remediar esse fato. (Foto de E. J. Lubshes).

(EM BAIXO, À ESQUERDA) Palácio dos Soviéticos em Moscou: projeto cuja grandiosidade arcaica recorda a Rússia de Pedro o Grande, antes que a república de trabalhadores livres e camaradas de Lênine: a mesma ordem de pensamento mostrada aqui caracteriza o equívoco dos homens de negócios americanos no que diz respeito à propagação de arranha-céus. Veja-se, porém, a Estampa 27, para ter-se uma idéia diferente da URSS. (Fotografia Sovfoto).

(EM BAIXO, À DIREITA) Apartamentos do Sindicato dos Calceadores de Filadélfia: não só um símbolo da nova ordem de planejamento e de vida, mas também uma idéia da importância do movimento sindicalista e das cooperativas no fato de concentrar a *demand* de moradas.



Mas, na reorganização da comunidade política, como na re-moralização da sociedade moderna, que deve acompanhá-la, uma geração é tempo muito curto, demasiado curto para esperar transformações eficazes. O nosso atual pessimismo, ante os resultados obtidos nos esforços da geração passada, é prematuro pelo menos por um ou dois séculos. No entretanto, é altamente importante reconhecer as realidades regionais e econômicas básicas, que foram ignoradas pela mitologia do Estado nacional, com os seus planos egoísticos de conquista, domínio e afirmação beligerante.

Nenhum esforço no sentido de melhorar a estrutura de comunidades e cidades será eficaz sem que se redefinam as áreas de associação territorial em consonância com os fatos geográficos, econômicos e sociais objetivos. E, entretanto, também nenhuma modificação eficaz pode ser operada na unidade regional, com base em situações históricas passadas: o que se busca é não a antiga estrutura, mas a estrutura emergente — uma estrutura que incluirá não só as constantes geográficas, mas também as variáveis sociais, à medida que são redefinidas de geração para geração. O que temos de conceber e elaborar é um sistema federal de governo que será baseado numa integração progressiva de região com região, de província com província, de continente com continente: cada parte suficientemente flexível para ajustar-se às transformações continuadas da vida local e trans-regional. Tão logo tal estrutura esteja planejada, tenderá a tornar eficiente aquêl reagrupamento concêntrico das funções políticas, econômicas e sociais, cuja ausência é hoje um embaraço severo ao esforço cooperativo.

Em lugar da falsa estabilidade do Estado nacional, comprada pela tirania e pela supressão ou desprezo puro e simples das características locais, devemos pôr a estabilidade dinâmica de um corpo político num estado de tensão e reajustamento, no qual nada precisará jamais de acumular-se ao ponto em que causará uma mobilização mórbida de violência e má vontade. Tal sistema federal deve ser concebido dentro do espírito da grande frase de Blake: uma lei para o leão e o boi é opressão.

Outro princípio importante ainda deve ser corporificado na reconstrução de regiões: o de relatividade social. Neste passo, tem ainda a política de reconhecer e exprimir a profunda alteração que se efetuou em todo o nosso quadro mundial. Na Idade Média, o homem, ingenuamente, considerava-se como centro do universo; e os europeus julgavam-se a ocupar uma posição nitidamente central e favorecida, entre

as civilizações do mundo — dos quais eram pateticamente ignorantes. Essa opinião generalizada manifestava-se politicamente na organização hierárquica da sociedade — uma pirâmide social de classes, cujo ápice era o papa ou o rei; posteriormente, uma pirâmide de comunidades cujo ápice e ponto central era a capital. O sentido barroco de tempo e espaço alterou esse quadro, em certos detalhes; mas deu integral apoio, dentro das fronteiras dos estados que surgiam, à organização hierárquica da teoria medieval. E, cada um por sua vez, um ou outro estado sucedia-se uma posição central dentro da política europeia, ao passo que, dentro do Estado, a capital concentrava o poder e a cultura do país inteiro.

À luz da nossa nova perspectiva do mundo, essas opiniões surgem obsoletas, e a manutenção de um tal sistema de relações é absurda. Do ponto de vista da relatividade, estado nenhum pode ter pretensões a preeminência e nenhuma posição dentro da comunidade é central. Toda unidade e toda atividade, por menores que sejam, por mais aparentemente insignificantes, têm uma importância fundamental em si mesmas, e, afinal, para todo o corpo político. Graças ao nosso sistema de comunicações instantâneas, qualquer centro pode tornar-se, para um propósito ou função particular, o centro da região; qualquer região particular pode tornar-se centro do mundo. Para certos tipos de operação cirúrgica, tem-se que ir não à grande Nova York, mas à pequenina Rochester, Minnesota; assim, também, para certa qualidade de cultura intelectual, tem-se de ir ainda às universidades de Oxford ou Poitiers, e não a Londres ou Paris.

A autoridade, sob o regime emergente de relatividade política, é uma questão de competência funcional, não um problema de mero volume ou de vantagem espacial: nem o tamanho, nem a posição, nem a força física — nem um monopólio de tôdas essas qualidades — determina por si só a importância de uma cidade ou comunidade. Pois as individualidades culturais são incommensuráveis: proporcionalmente, os países menores, como a Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia e Noruega, têm contribuído muito mais para o desenvolvimento da vida moderna do que colossos como a Inglaterra e a Alemanha. Esse fato foi reconhecido, muito sabiamente, na constituição original dos Estados Unidos, que concedeu tantos senadores ao pequenino Rhode Island como ao grande estado de Pensilvânia; e é capaz de ter novas aplicações. Na época de Goethe, Weimar exercia maior autoridade cultural que a centralizada Berlim; e, com a redistribuição de energia física, poder político e interesse cultural, que ora se mostra incipiente, o princípio de relatividade social será

incorporado tanto ao modelo regional como ao urbano. Um centro único não há mais de monopolizar as vantagens ou de substituir pelas suas atividades aquelas do todo.

## 2. — O Processo de Regionalização

Nem a organização regional da sociedade, nem a cosmopolita, é tão remota nem tão quimérica como se esforçam por acreditar os expoentes da centralização financeira e política. Pois tão enraizadas se encontram os processos regionais na sociedade moderna que só por meio de esforços delibados podem eles ser exterminados pela fome ou arranca-organizações industriais e científicas do mundo moderno, como as fundações Rockefeller, Gugenheim e Carnegie, haveriam de ultrapassar os limites locais.

Em verdade, até que a Guerra Mundial despertasse as tendências reversivas, essas novas formas de organização já tinham ido longe. O mundo, antes de 1914, era um lugar em que os homens viajavam pelos países civilizados sem passaportes ou licenças especiais; onde, dentro das capitais mundiais, as fidelidades maiores da sociedade europeia estavam substituindo as limitações mais paroquiais do nacionalismo. Pela mesma forma, o padrão regional de vida estava irrompendo mais uma vez através das uniformidades nacionais impostas ou espontâneas. Muito longe de ir de encontro à vontade da cultura moderna, o regionalismo como o internacionalismo estavam operando de acôrdo com ela; as formas mais tradicionais de estatismo belicoso é que trabalhavam contra ela, pois as próprias finanças, ainda quando fôssen irregionais, eram, não obstante, cosmopolitas.

A grande oposição a uma organização regional e cosmopolita da sociedade política vem dos complexos psicológicos que foram deliberadamente edificadas em tôrno das idéias de soberania nacional e governo centralizado. Uma parcela enorme, até agora indestrutível, de irracionalidade, não apenas serve como um embaraço à cooperação, como uma justificativa de antagonismo nacionais. Os homens têm sido encorajados a projetar sobre os seus estados ou nações atributos divinos de sabedoria e poder que jamais haveriam de bolos como Pátria, Rei, *Il Duce*, a *Old Flag*, servem para unir num comportamento compulsivo automático pessoas que poderiam, em relação às realidades quotidianas da vida comum, exercer juízos racionais e bom-senso.

Para anular êsses entreses emocionais atávicos e acabar com êsses formidáveis reflexos, tem-se de construir um sistema mais humanizado de fidelidades.

Neste passo, o desenvolvimento histórico do próprio movimento regionalista fornece um exemplo oportuno: lembramos êle que que o curso do desenvolvimento não vai diretamente da verdade científica e do julgamento racional para a necessidade emocional dinâmica, que brota de um senso de frustração, de um lado, e de uma visão renovada da vida, de outro. Só numa fase mais tardia, chega o movimento a adquirir características racionais: uma base científica e econômica sistemática. O regionalismo, como mostrou um dos observadores franceses do movimento, tende a passar por um ciclo regular. Começa com um renascimento da poesia e da língua; termina com planos de revigoramento econômico política mais autônoma, com um esforço para edificar centros locais de instrução e cultura. Esse ciclo de desenvolvimento parece ser tão comum que poderia ser constatado tanto na Índia como na Catalunha; mas, dentro do espírito do regionalismo, prefiro buscar as minhas ilustrações de um exemplo mais ao alcance de mão: os Estados Unidos.

Se a França é o mais antigo expoente do regionalismo cultural, poder-se-iam tomar os Estados Unidos como exemplo dos processos culturais latentes, inconscientes, que funcionam voltados para o mesmo fim. Antes da Guerra Civil, havia surgido nos Estados Unidos certo número de seções culturalmente diferenciadas. A Nova Inglaterra, a Virgínia de Tidewater e Piedmont, a Carolina do Sul, o Kentucky, a Louisiana, tinham tradições distintas e especiais, muito embora as fronteiras estaduais nem sempre coincidissem com o complexo regional. Na Nova Inglaterra e em Nova York, o ciclo poético de regionalismo começou sem o menor auxílio da constituição federal original dos estados. Hawthorne, Emerson, Thoreau, foram da Nova Inglaterra, em primeiro lugar, e "americanos" somente por causa daquela unidade mais ampla — tão necessária a uma florescente vida local — que poderia ter sido igualmente tão mundial como americana. Embora Whitman e Melville, distinguindo-se dos homens da Nova Inglaterra, tendessem a acentuar a sua identidade com "Aquêles Estados", tomados como um todo, pode-se ver justamente nessa preocupação a influência do agitado pórtico cosmopolita da Nova York, a Cidade Império, já se inclinando para a supremacia financeira do continente.

O ciclo de prosa e o ciclo de ação prática foram perturbados pela Guerra Civil, pela migração para o Oeste de fazendeiros que seguiram a generosa distribuição pública nos termos da Lei de Domícilios, e pelo grande influxo de imigrantes de língua não inglesa. Nessa babel de línguas, nesse fluxo de empreendimentos industriais, nesse escoar e transferir-se de população, perderam-se as afinidades regionais; os novos trustes, — o trustes do petróleo, o do aço, o das embalagens — utilizavam-se das antigas divisões de estados com a finalidade única de proteger as suas empresas contra a regulamentação nacional. Mas, na obra escrita de Liberty Hyde Bailey, no Leste, de Frederick Jackson Turner, no Médio Oeste, o ciclo de prosa não ficou inteiramente esquecido; aliás, Bailey foi um dos grandes líderes dessa revitalização e, por assim dizer, dessa re-ruralização do pensamento, que teve lugar abaixo da superfície das explorações mecânicas do século dezenove. A obra das faculdades estaduais, com as suas escolas de agricultura que começavam a crescer, dava prosseguimento às detalhadas investigações do meio e às experiências práticas de campo que estavam sendo empreendidas numa escala mais ampla pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Aliás, as investigações sobre o solo rural feitas por esse departamento, embora fossem relatórios altamente especializados com base em dados geológicos, tinham em si também o germe daquelas investigações mais amplas sobre a utilização da terra, que são um dos instrumentos característicos do planejamento regional. A área-unidade era arbitrária; mas o método tinha possibilidades de ser levado adiante.

Durante a última década, pouco mais ou menos, o padrão regional, rompido pela Guerra Civil com a sua ênfase excessiva nas tendências unificadoras e centralizadoras do Estado-poder, tornou a ser recomposto. Durante a última geração, houve oportunidade para que grupos mais novos fizessem para si lares permanentes e fossem assimilados pela paisagem. Em certa medida, essa última tendência acompanhou o modelo original de suas terras natais: a Califórnia, de preferência, atraiu italianos para as suas regiões de fruticultura, enquanto que os invernos rigorosos de Minnesota foram preferidos pelos suecos ou noruegueses, já aclimatados.

Essas correntes misturadas de herança linguística e cultural de outros países emprestaram suas côres aos padrões regionais mais novos que começavam a surgir. Assim, aconteceu que o ciclo de poesia e o de prosa reviveram, não menos no Sul, onde a noção negativa de "seccionalismo", termo de censura inventado pelos nostálgicos, cedeu lugar a interpre-

tações mais positivas de regionalismo: algumas das mais claras e mais iluminadas expressões da filosofia política regional são as que o Professor Howard Odum e seus colegas de Chapel Hill, Carolina do Norte, deram a público.

A consciência poética do cenário regional e das suas implicações culturais surgiu com o aparecimento de um grupo de poetas conscientes dotados de características regionais distintas — de artistas conscientes da sua identidade e da sua ligação local, mesmo quando os seus temas não sejam de natureza local. Carl Sandburg, Vachel Lindsay, Sherwood Anderson, Theodore Dreiser, Sinclair Lewis e Willa Cather, no Médio Oeste, foram seguidos por pintores como Thomas Benton, do Missouri, e uma escola que surgiu no Illinois. Ellen Glasgow, Julia Peterkin e John Gould Fletcher, no Sul, juntamente com escritores mais novos como John Crowe Ransom, são precursores dessa refundição da consciência cultural da região que, na terceira e na quarta modificação, muitas vezes desempenha papel muito ativo nos movimentos políticos e econômicos de uma geração posterior. Desenvolvidos semelhantes tiveram lugar em muitos outros lugares: notadamente, Oklahoma, Nebraska, Montana e o Novo México.

As mesmas tendências têm aparecido noutras regiões; as intuições dos poetas têm sido estimuladas por um grupo novo de historiadores, antropólogos, economistas e geógrafos, que começaram examinar mais profundamente os materiais das suas religiões locais. Grande parte do que tem sido glosado ou desprezado, em nossa preocupação por interesses superficialmente nacionais e atitudes nacionais, está em vias de ser recuperado ou re-avaliado. Em vez de unificação pela supressão de diversidades, estamos agora aproximando-nos de uma época em que poderemos ter uma unidade mais eficaz graças à representação e integração dessas diversidades.

No que diz respeito à Nova Inglaterra, nunca perdeu ela inteiramente a consciência de ser uma entidade regional. Mesmo quando a vida agrícola estava-se afastando dela, durante o período que se seguiu à Guerra Civil, uma parte da sua antiga vitalidade e individualidade ficou incorporada na escola literária de Sarah Orne Jewett e seus sucessores. Winslow Homer e Albert Pinkham Ryder, \* para não falar em George Fuller, perpetuaram as suas imagens heróicas de vida em belos quadros, talvez os mais delicados que qualquer artista já tenha realizado nos Estados Unidos, enquanto que,

(\*) Sobre Homer e Ryder, está a Itatiaia publicando duas monografias de Lloyd Goodrich.

Pouco mais tarde, Robert Frost e E. A. Robison preservavam, nas suas várias individualidades, a velha cultura da Nova Inglaterra. A Nova Inglaterra também abrigou ou estimulou um grupo de cientistas e urbanistas, que iriam corporificar os novos interesses pela geotécnica ou modelagem da terra: G. P. Marsh, o primeiro entre os conservadores, Shaler, geólogo, Charles Eliot, II, que levou a concepção do parque natural de Olmsted até as partes mais selvagens da paisagem, e Benton Mackaye, fundador da "*Aphalachian Trail*", que foi um dos mais destacados filósofos e expoentes teóricos do planejamento regional em nossa geração.

Durante os últimos quize anos, tornou-se maior a atividade prática dentro de linhas regionais. Os marcos são muitos: o lançamento do movimento de conservação pelo Presidente Theodore Roosevelt, em 1908; o hábil traçado do plano regional para o Estado de Nova York, publicado em 1926; os projetos de energia e conservação empreendidos em grande escala pelo Presidente F. D. Roosevelt, num esforço para deter a degradação do solo e conseguir o controle das enchentes. Todos esses desenvolvimentos são importantes. A iniciativa tomada no Vale do Tennessee, que trata como área unificada para a produção de energia toda uma série de autaridades distritais e estaduais não unidas, estabelece um precedente vigoroso para similares noutras grandes unidades, tais como o Vale do Rio Colúmbia e o Vale do Connecticut. Tais iniciativas não alternaram ainda o foco da vida política; aliás, muitas delas estão prejudicados pelo fato de continuarem a operar através de uma sucessão de limites e jurisdições sem importância; mas, pelo menos, representam uma iniciativa. Devem ser levados adiante, tanto em áreas sub-regionais como internacionais.

Não menos significativas da mesma tendência geral para reconhecer as realidades geográficas e econômicas fundamentais são as novas unidades de administração que apareceram. A divisão do país, em sua totalidade, em grandes províncias inter-regionais, para os Bancos Federais de Empréstimos à Lavoura, para os Bancos da Reserva Federal e para a administração de um sistema ferroviário unificado, durante a guerra, indicou os primeiros sinais, débeis ainda, de aparecimento de um tipo de sistema federal. Dentro de áreas locais únicas, sub jurisdições políticas em conflito, a organização da Comissão Inter-Estadual de Palisades Park para Nova York e Nova Jersey, e a Autoridade de Nova York-Nova Jersey para o Pórtio de Nova York, indicam igualmente um modo mais realístico e racional de administração.

Essas novas autoridades e divisões supra-regionais para que não venham a se transformar em outras tantas áreas esfaceladas, demasiado grandes, ou descontínuas, devem ser buscadas nas constantes geográficas e culturais das regiões continentais. Evidentemente, há províncias, isto é, áreas inter-regionais, onde a autoridade administrativa deve sobrepor-se às fronteiras do Estado nacional: a via aquática dos Grandes Lagos e do Rio São Lourenço é uma delas. (Na Europa, a propósito, o projeto de eletrificação do Vale do Reno superior, é outra, enquanto que, sob qualquer sistema racional de governo, as áreas carboníferas e ferríferas de Lorena e da Bacca do Sarre seriam uma terceira).

Enquanto que as regiões devem tornar-se as unidades básicas da vida política e econômica, a inter-relação de regiões dentro da província, das províncias dentro do "país", não é menos importante, porque tanto os conflitos como os atos de cooperação devem efetivar-se dentro dessas áreas mais amplas. Mas a reconstrução das regiões não irá resolver automaticamente os problemas de uma comunidade; pelo contrário, fará surgirem novos problemas, pois, como A. E. observou certa vez, país nenhum pode casar qualquer solução particular com a vida, de maneira feliz para todo o sempre. A vantagem de se criar uma base sólida para as atividades econômicas e sociais é que os novos problemas terão maior significação; irão incorporar resultados mais importantes e conduzir a resultados mais proveitosos. Idealmente, essas áreas de jurisdição, controle e taxaço inter-regional — funções decorrentes da definição política de soberania — devem ser operadas por experiências coletivas. Esse método é, porém, limitado por vários fatores irracionais. Formam estes um obstáculo mesmo em países como os Estados Unidos e o Canadá, que não têm fronteiras militares nem ambições beligerantes: daí dever a unidade de controle *inter-regional*, temporariamente, continuar sendo o Estado político existente.

Aqui, porém, deve ser assinalada uma distinção entre as funções dúplices do Estado, tais como se definiram durante o último século e, mais ainda, durante as duas últimas gerações. De um lado, acha-se o Estado-poder, essa criação da imaginação barrôca: uma unidade territorial, baseada na força militar, dedicada especialmente à proteção dos poderes, prioridades e privilégios das classes dominantes. Mesmo nos seus desenvolvimentos mais primitivos, tal Estado desempenhou certas funções importantes de serviço: manteve internamente a paz e a ordem, protegeu o viajante que percorria a estrada real, distribuiu a justiça entre os indivíduos e grupos incorporados. Pode dizer-se, porém, que o Estado-poder pres-

tou serviço à felicidade comum apenas com a finalidade de engrandecer o seu próprio poder; o bem-estar de comunidades e regiões era matéria de segundo plano.

Dêse Estado-poder, surgiu um tipo diferente de organização, o Estado-serviço, resultado do esforço, por meio da pressão democrática, no sentido de uniformizar os privilégios de diferentes regiões e grupos, de redistribuir o equilíbrio existente de poder dentro da "nação", e de distribuir os benefícios da cultura humana. Esse tipo de atividade derivou-se inicialmente da necessidade de regular as horas de trabalho e as condições de emprego, em primeiro lugar na Inglaterra, para pôr fim às formas mais degradantes de exploração; as suas atividades estenderam-se à regulamentação da moradia e à provisão de fundos para a melhoria local da habitação; e, ainda mais cedo, a começar pela Prússia, havia assumido as funções de educação. Nos Estados Unidos, as atividades do Departamento do Interior, do Departamento de Agricultura, do Departamento de Comércio, do Serviço Florestal, do Serviço de Parques, do Bureau da Criança, são exemplos do Estado-serviço.

Embora êsses dois aspectos da organização supra-regional operem dentro da mesma estrutura geral, desempenham êles diferentes funções e trabalham para diferentes fins. Talvez o mais grave problema da sociedade humana de hoje seja o de reduzir o papel do Estado-poder e deixar por terra tanto as suas pretensões como as suas formas consumadamente militaristas de autoridade. Ao mesmo tempo, devemos tratar da ampliação continuada do papel do Estado-serviço, pois, em contraste com as primitivas formas do Estado, êsse tipo emergente dilata o seu poder com vistas para a ampliação dos seus serviços, e êsses serviços inter-regionais e supra-regionais são os complementos essenciais da própria forma de atividade local e regional. O nosso principal problema é cons-tituir o Estado-serviço de maneira a que êle possa operar não como o governador e ditador arbitrário da vida regional, mas como o agente voluntário dessa vida em tôdas aquelas funções que passam além dos limites imediatos do contróle e da regulamentação local. Com o tempo, poder-se-á aguardar a época em que a cooperação entre os estados-serviços, sem levar em consideração as chamadas fronteiras nacionais, terá lugar dentro de uma estrutura maior ainda — um passo que se acha indistintamente antevisto nos Departamentos de Trabalho e Saúde, estabelecidos pela Liga das Nações, em Genebra.

Ao passo que o Estado-poder, dentro dos seus próprios domínios, é cioso e intolerante para com quaisquer grupos ou

corporações ou associações regionais que tenham pretensões a funções autônomas, o Estado-serviço, para executar as suas tarefas com eficiência, precisa aceitar tais realidades da vida comunal com o seu valor integral. As suas próprias funções são de fato sêriamente embaraçadas, se as unidades regionais de iniciativa, administração e contróle acham-se paralizadas ou se deixaram, por força de qualquer deficiência inicial, de se desenvolverem. O professor Burgess, já em 1886, antevia que a constituição arbitrária dos estados separados, nos Estados Unidos, iria ter uma validade cada vez menor; vislumbrava êle uma ampliação das funções nacionais e o aumento da atividade "municipal" independente. Hoje, se substituímos o termo municipalidade por região, como equivalentes exatos, sob as modernas condições tecnológicas, poderemos perfeitamente aceitar a protecção daquele perspicaz cientista político.

Por isso mesmo, a transformação do Estado-poder em Estado-serviço não pode, evidentemente, ser realizada com eficiência, dentro da estrutura existente da "nação" ou do "império": é preciso haver uma revisão completa dos métodos, tanto como da área de contróle. Mas por outro lado, a mera inércia, as meras alterações legalistas a respeito dos direitos ou dos privilégios locais do Estado, as meras tentativas de substituir um passado mais paroquial pelas pretensões de um futuro mais amplo, não conseguirão restabelecer a autoridade política ou a vida cultural de uma região ou de um grupo de regiões. O direito de desafiar o Estado-poder só pode estender-se àqueles que se achem prontos para utilizar plenamente a soberania igualmente ampla do Estado-serviço, para construir um tipo mais humanamente satisfatório de organização.

O regionalismo não deve cometer o êrro das municipalidades medievais: não deve imaginar que possa controlar dentro da sua área local apenas as forças econômicas e políticas que se acham fora do alcance de qualquer área isolada. Como doutrina política e cultural positiva, o regionalismo implica numa estrutura inter-regional, e, por fim, numa cultura mundial, em todos os planos. O regionalismo pertence, portanto, não a um passado sentimental, mas a um futuro mais realístico, um futuro que diminuirá a esfera do irracional na vida pública, que se elevará acima das mitologias obsessivas e dos mecanismos destruidores de vida do Estado-poder.

### 3. — *Os Postulados do Regionalismo*

Difficilmente se pode exagerar o significado de um padrão político sólido, ou fazer justiça ao engano que foi causado

pelos sistemas arbitrários de contróle e pelos centros fictícios de fidelidade. Parte da dificuldade que o mundo enfrenta hoje em dia é devida ao fato de que o nosso comportamento político tem sido condicionado por sonhos loucos e crenças sem base, que não têm relação com a realidade: crenças na supremacia da raça anglo-saxônica ou na linhagem nórdica, levada ao grau máximo de grotesca tolice numa raça "ariana," inteiramente imaginária; o desejo de assumir a missão do Homem Branco (hoje, também, a Missão do Homem Amarelo), pintar o mapa de vermelho, achar um lugar ao sol, preencher as fronteiras nacionais, estabelecer uma fronteira "segura".

Tôdas essas atitudes e tôdas essas senhas situam o comportamento político fora do domínio do pensamento racional. São sintomas de um poder político que assumiu o caráter nitidamente patológico. Em oposição a essa mitologia sem propósito, o regionalista indica os seguintes fatos:

*Primeiro:* Durante os trezentos últimos anos, a população da terra tornou-se, sem interferência da vontade, inter-relacionada e unificada: a guerra, a penúria, a doença, elementos unificadores negativos, têm as suas repercussões na existência diária até das comunidades mais remotas, enquanto que as forças organizadoras da ciência, da técnica e das comunicações instantâneas deram um fundamento ideológico comum a áreas cultural e geograficamente afastadas. O isolacionismo é uma ilusão, e o isolacionismo proposital é uma intensificação mórbida dessa condição.

*Segundo:* Racionalmente definido, o local das comunidades humanas é a região. A região é a área-unidade formada por condições aborígenes comuns de estrutura geológica, solo, relevo superficial, drenagem, clima, vegetação e vida animal, reformada e parcialmente redefinida pela colonização do homem, pela domesticação e aclimação de novas espécies, pela constituição de comunidades em aldeias e cidades, pela reelaboração da paisagem e pelo contróle sôbre a terra, a energia, o clima e o movimento, proporcionado pelo estado da técnica.

Noutras palavras, a região, como unidade de individuação geográfica, é dada; a unidade de individuação cultural, é parcialmente a manifestação deliberada da vontade e dos propósitos humanos. Os polos desses dois aspectos da vida regional são a região fisiográfica em si mesma e a cidade: exprimem elas os extremos do contróle natural e humano. A

região humana, em resumo, é um complexo de elementos geográficos, econômicos e culturais. Não tendo sido encontrada como um produto acabado da natureza, não sendo exclusivamente a criação da vontade e da fantasia humana, a região, assim como o seu artefacto correspondente, a cidade, é uma obra de arte coletiva. Não se deve confundir a região, que é um fato humano altamente complexo, com as áreas arbitrárias destacadas para servir a dado interesse isolado, tais como o governo ou a exploração econômica. O campo, dentro de um raio de cinqüenta milhas a contar de um centro metropolitano, não é uma região apenas pelo fato de ser conveniente para uma agência metropolitana de propaganda, um jornal ou uma junta de planejamento, dar-lhe esse nome. O descobrimento dos contornos gerais e dos componentes elementares da região é uma tarefa das ciências; a utilização da região em tôdas as suas múltiplas potencialidades, como teatro de ação coletiva, é uma tarefa da política democrática. As novas disciplinas regionais complicam a tarefa de encontrar e expressar a forma política, porque entraquecem a fé nas simplificações arbitrárias; mas, em compensação, prometem um padrão mais durável.

*Terceiro:* Os limites entre as regiões não são nítidos, mas difusos; mesmo quando a natureza levanta fronteiras mais ou menos nítidas, como as costas marítimas, os fatos do intercurso humano geralmente derrubam essas fronteiras supostamente firmes e fortes, reduzindo ou vencendo inteiramente os obstáculos físicos. Na presente fase da civilização, tende o homem, cada vez mais, ao intercurso e à associação inter-regional e mundial. Opôr obstáculos a essa tendência, no interesse da segurança militar, é incentivar a barbárie. Os fatos da integração regional e o intercurso inter-regional devem estar expressos na técnica da moderna administração política, assim como por meio da compreensão racional; as comunidades devem, conscientemente, educar-se no sentido dessas condições e necessidades. A mentalidade paragonal, com seu efeito retardador na aldeia, tornou-se uma ameaça pelo fato de introduzir os seus temores, suspeitas e ódios tolos no governo do Estado-poder.

*Quarto:* As instituições e relações humanas modificam-se no curso de anos ou gerações relativamente curtos, ao passo que as realidades geográficas básicas só se alteram no decorrer de séculos ou de milênios. Daí ser importante conservar o padrão político e cultural num estado de reajustamento efetivo, dentro das linhas mais fixas estabelecidas pela região primordial. Mas não é menos importante reconhecer, com

o Professor Roland Dixon, que "há certa razão para acreditar . . . que muito frequentemente o vigor de uma cultura, a sua virilidade e energia, até mesmo a sua vitalidade, depende em medida não pequena da tenacidade da sua fibra ambiente, assim como dependem a sua riqueza e o seu brilhantismo do número e da variedade de vestígios exóticos que contêm." Um sistema racional de governo político deve dar um lugar a essas duas condições complementares de cultura. *A migração da elite, da região para região, é um estímulo necessário a uma cultura regional; é o mais elevado equivalente cultural daquela atração unilateral no sentido da megalópolis, que tão fatalmente exauriu as regiões dos seus elementos humanos mais preciosos.*

*Quinto:* Não há fronteira estadual ou administrativa existente, que seja sagrada ou inalterável. O mapa político do mundo sempre esteve em constante estado de fluxo; e seria absurdo imaginar que as formas temporárias alcançadas durante uma era de extrema instabilidade erápida transição fôssem permanentes. Muitas das linhas divisórias existentes, dentro de um país ou em tórno dêle, não tem mais do que umas poucas gerações; quanto muito, uns poucos séculos; e o que foi criado pelo homem no passado pode ser definido e criado de novo, no interesse de uma vida comunal mais efetiva.

Por isso, as fronteiras administrativas locais ou as fronteiras nacionais que interrompem as configurações mais fundamentais das regiões ou o agrupamento de regiões em áreas ou províncias inter-regionais devem ser progressivamente reduzidas, e, afinal, desfeitas. Isso significa a involução do poder político e a edificação de centros locais de iniciativa e controle; mas significa também a interligação mais íntima das regiões por meio do Estado-serviço, e a construção de áreas de cooperação muito para além das fronteiras do Estado nacional.

Ora, na maioria dos países, com exceção dos estados menores que só abrangem uma ou duas regiões, nem as fronteiras estaduais nem as unidades administrativas locais são baseadas em fatos econômicos e culturais fundamentais. Resulta daí uma impossibilidade de concentrar dentro da área local, uma dispersão de interesses e um congruamento de esforços. Tais condições acabam por conduzir a uma queda ou à deterioração da vida comum. A redefinição efetiva das áreas regionais — um novo traçado científico e uma científica *re-disposição* dessas áreas — é uma das tarefas primárias essenciais, com vistas para a edificação de uma civi-

lização cooperativa e servicial. Pois, assim como o homem não pode ter intercâmbio proveitoso com o mundo que o rodeia enquanto não tiver um núcleo firme de personalidade, assim a região não pode entregar-se aos intercâmbios e ao intercuro necessário com outras regiões, enquanto não possuir uma vida integrada sobre os seus próprios sólidos fundamentos.

Isso significa que a reconstrução cultural da região é uma parte essencial da tarefa política e administrativa. Os nossos planos mais racionais aguardam a pressão emotiva dos propósitos humanos, dos desejos humanos, dos impulsos humanos: o mecanismo mais admirável permanece inerte, até que os seus motores sejam abastecidos de combustível por esses meios. E é porque o regionalismo realmente tem a sua base em motivações humanas espontâneas que se podem aguardar confiantemente as suas conquistas de maior amplitude em matéria de racionalidade. Na grande federação de regiões e povos que compõem as Repúblicas Soviéticas da Rússia, o primeiro passo no sentido dessa redefinição regional já foi dado; e projetos de reajustamentos semelhantes têm estado em vigor na França, na Espanha e na Grã-Bretanha, por mais de uma geração, enquanto que um renascimento semelhante da consciência regional será, com tóda probabilidade, uma das reações estimuladoras do esquema nacional socialista da unificação compulsória da Alemanha. Por fim, nos Estados Unidos, a obra da Comissão de Recursos Nacionais e de várias Juntas de Planejamento Estaduais abriu o caminho para uma reconsideração ampla dos problemas essenciais da criação de comunidades, planejamento regional e governo.

Felizmente, a noção de fronteira inviolável está agora morta, mesmo num sentido militar: o avião roubou a sua realidade. As estradas de ferro podem ser interrompidas nas fronteiras; os navios são obrigados a ancorar nos portos, e nos portos podem ser detidos; mas a mais recente invenção do homem, o avião, ri-se dessas restrições. Pela primeira vez na história, todas as regiões, todas as cidades acham-se vulneráveis ao ataque — vulneráveis e relativamente desamparadas. Quanto maior a fronteira, tanto maior a vulnerabilidade; quanto maior a capital nacional, tanto mais exposta a ataques. *A tarefa da civilização moderna é viver num mundo sem muralhas.* Atualmente, as nações são como as pessoas que, fugindo de uma tempestade, buscam refúgio por trás das paredes de uma ruína, esquecendo-se de que o próprio telhado aluiu e que, por mais que se encostem à parede, ficarão ensofados pela

## VIII: A CIVILIZAÇÃO BIOTÉCNICA

(27) O NOVO VERNÁCULO

(PRIMEIRO À ESQUERDA) Fábrica de indústria leve em Detroit, Michigan. Tipo de unidade industrial que não precisava ficar situada numa zona separada, mas que pode, muitas vezes, como no caso da fábrica de coletes Spirella, de Leichworth, estar integrada num projeto predominantemente residencial. Os planos de zoneamento estereotipados de antanho, ainda populares nos Estados Unidos, não admitiram tal planejamento orgânico, assim como não admitiriam prédios de apartamentos em quarteirões de casas de uma só família: tanto pior para esse sistema de zoneamento.

(PRIMEIRO À DIREITA) Igreja Apostólica, desenhada por Oud para o projeto Kieffoek, em Rotterdam; obra-prima de grande pureza e satisfação estética, monumento ao novo monumental.

(SEGUNDO À ESQUERDA) Jardim Público em Essen. Ampla ordem formal que nada deve de sua época a simples elementos da jardinagem renascentista. O inteligente traçado paisagístico da Jones Beach, Long Island, serviu igualmente como exemplo do novo planejamento, e ao menos a arquitetura pertenceu à mesma ordem.

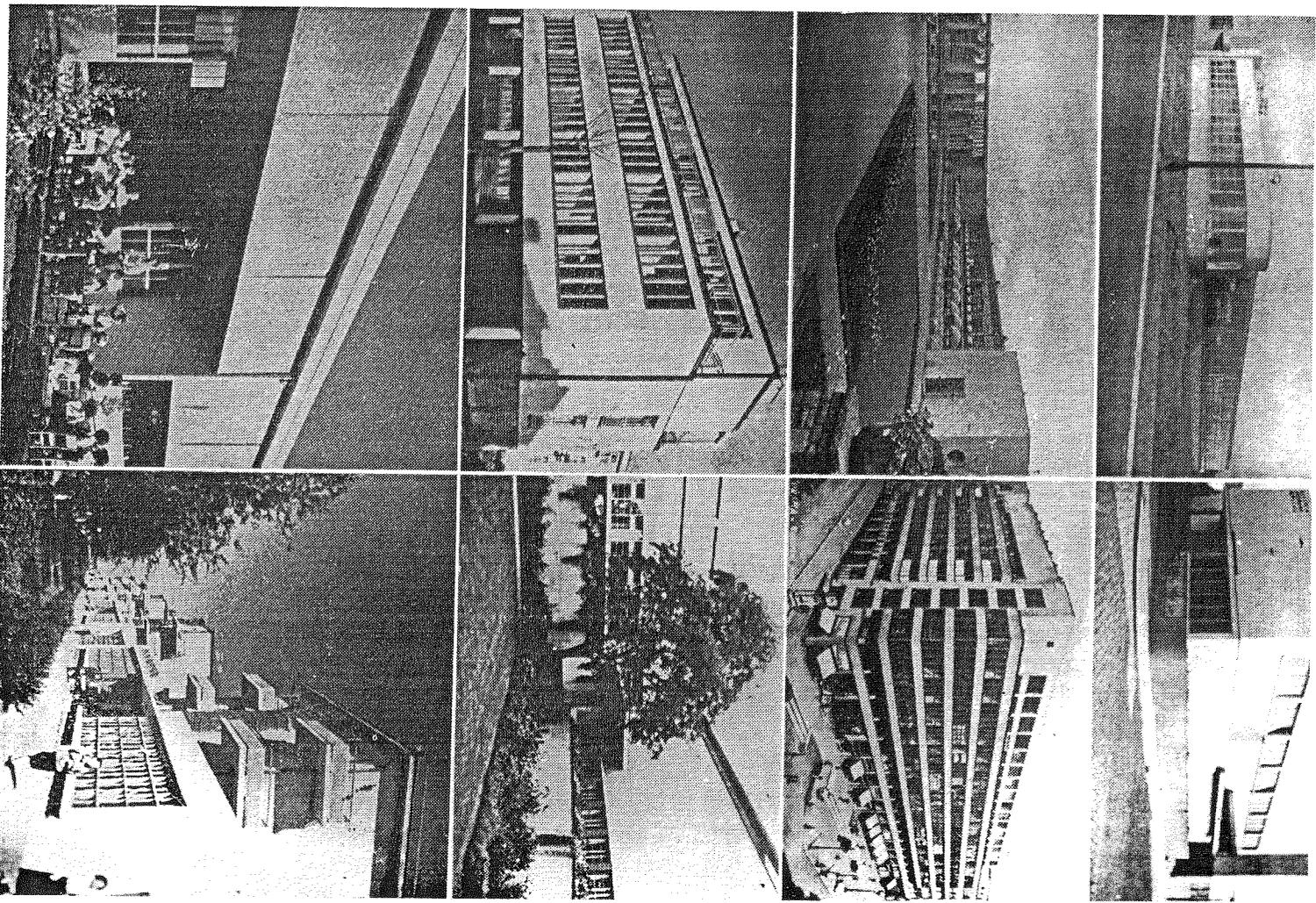
(SEGUNDO À DIREITA) Loja de departamentos em Praga: produto recentíssimo de um longo desenvolvimento iniciado em Paris, conduzido pelas construções da *Avr Novacem*, em Paris e San Francisco, e mais desenvolvido ainda por Mendelssohn, em Chennitz, e Hudok, em Rotterdam.

(TERCEIRO À ESQUERDA) Prédio de apartamentos de três andares em Varsóvia: belo exemplo do novo vernáculo, de caráter amplo, que não tem de galgar trinta andares pelo ar, para ter certeza do seu modernismo.

(TERCEIRO À DIREITA) Parte do Paço Municipal de Hilversum, perto de Amsterdão: belo edifício público efetivamente projetado como parte de uma paisagem viva, sem invocar as agora intoláveis formalidades dos planejadores barrocos. Nenhum prédio ou projeto comunitário pode ser considerado um exemplo satisfatório de designio biotécnico, a menos que inclua espaços abertos e jardins como parte integral do seu plano; isso aplica-se a todas as partes do ambiente urbano.

(QUARTO À ESQUERDA) Escola moderna projetada por Richard Neutra, na Califórnia. Note-se a parede externa, removível: fácil transição da classe, das atividades interiores para as atividades ao ar livre; oportunidade de estudar e brincar ao ar livre. Note-se também que a quantidade de sol na parte interna pode ser lealmente controlada, desde que o sol em demasia possa ser considerado tão indesejável no clima suíço como o muito pouco. As escolas desse tipo são comuns na Suíça: Zurique fez assinalável provisão pública de pequenas unidades infantis em seus novos projetos habitacionais.

(QUARTO À DIREITA) Rússia Meridional: rua moderna, com moradias em ângulo reto com a linha de tráfego; espaciaosas, orladas de varandas, compostas; visualmente, pelo menos, um dos melhores exemplos da moderna habitação na Rússia, onde imitações do comprometimento americano, como em certos bairros de Moscou, competem muito frequentemente com um tipo desastrosamente árido e ultra-sistemalizado de racionalismo Germânico. (*Fotografia Sovfoto*).



## VIII: A CIVILIZAÇÃO BIOTECNICA

(28) A REABILITAÇÃO URBANA

O auxílio governamental ao problema da habitação, primeiro por meio da legislação restritiva, depois por meio de empréstimos a juros baixos, e afinal por meio da real supervisão e construção, tem crescido firmemente, desde há quase um século. Iniciado na Inglaterra, no decurso de 1850, o movimento habitacional chegou aos Estados Unidos sob a forma de organizações filantrópicas interessadas em casas modelo, e só em 1917 o governo tomou medidas mais positivas. Os alojamentos de guerra, tais como os de Bridgeport (Black Hook) e de Yorkshipp Village, estabeleceram um novo padrão de desenvolvimento de comunidades; mas esse precedente foi ignorado tanto durante o período de escassez de casas, de 1918-24, como durante a terrível interrupção econômica que se seguiu. As habitações construídas pelo Governo tiveram novo impulso em 1932, após a Conferência sobre a Habitação, do Presidente Hoover, no oferecimento de fundos federais para projetos habitacionais de dividendos limitados. Em 1933, a ajuda às construções residenciais, pela Administração de Obras Públicas, foi grandemente ampliada, mas não o suficiente para enfrentar a real necessidade destruída dos cortiços e reconstrução de áreas arruinadas, mas pelo menos suficiente para dar um admirável ponto de partida. O triunfo da Administração de Obras Públicas foi demonstrar métodos superiores de planejamento e projeto abrangente, mostrar a vantagem de operações em grande escala e da direção técnica unificada, não para indivíduos, mas para comunidades, como facilidades comunitárias criadas como parte do planejamento original. Nenhuma comunidade urbana pode pagar o luxo custoso de empreendimento privado, não coordenado e inseguro; para que venha a resultar em economia, deve planejar e construir a sua própria habitação se como agora planeja e constrói as suas redes de distribuição de água e os seus parques.

(AO ARTO) Conjunto Residencial do Harlem, Nova York. Apartamentos muito bem planejados, para negros, de frente para o Rio Harlem. Note-se a entrada por meio de um parque triangular, à direita, a praça de esportes junto do rio, os amplos pátios abertos, com muita luz e ar. Compare-se com o congestionamento legalmente permitido e a escuridão dos apartamentos legalmente "melhorados" de 1901, no fundo. Na essência do plano e da disposição, essas habitações são melhores que qualquer área residencial comparável da cidade. (Fotografia da Public Works Administration).

(AO CENTRO) Conjunto Residencial de Eyck, distrito de Williamsburg, Brooklyn. Área arruinada, parcialmente limpa e redimida. A escola no centro, embora admiravelmente situada e nova, é de um tipo antiquado que contrasta desfavoravelmente com os apartamentos. Note-se o fechamento de ruas perdidas no replanejamento dessa área em forma de superquadras; e também a orientação dos prédios para o máximo de sol, típica inovação moderna, aqui um tanto prejudicada pela introdução de alas em ângulo reto com a frente principal. (Fotografia da Public Works Administration).

(EM BAIXO) Lakeview Terrace, Cleveland. Plano bom, bem adaptado ao sítio, combinando apartamentos e pequenas vivendas. Note-se a colocação das vivendas em ângulo reto com as estradas, o emprego habil dos contornos da esquerda, o abandono de ruas inúteis e caras, a ampla praça de esportes interior. (Fotografia da Public Works Administration).



água que cai do alto. Não há alternativa: nenhum sistema de abrigos à prova de bombas, nenhuma liberalidade no fornecimento de máscaras contra gases, nenhuma mobilização de mecanismos de combate ao fogo, será capaz de servir de defesa; a única reação possível é a certeza de uma agressão igual, *pelos mesmos meios*. Em termos realistas francos, isso significa que, se não pudermos criar um mundo sem muralhas, a nossa civilização perecerá: morrerá de inanição, por força dos dispêndios gigantescos com obras de "proteção", ou morrerá por extermínio comum, agravado pela fúria neurótica, da primeira vez que um Estado autárquico tentar superar o seu sentido auto-imposto de isolamento, cometendo uma agressão contra outro Estado.

O fato é que o planejamento e a empresa cooperativa devem tomar o lugar ocupado pelas fronteiras políticas e pelos códigos puramente legais, na criação de uma política de ordem e numa vida econômica ordenada. As nossas atuais barreiras tarifárias, que podem ser chamadas de muralhas militares suplementares, mesmo que não sejam esforços espoliadores para enriquecer um grupo especial de fabricantes às expensas de toda a comunidade, são esforços no sentido de alcançar, por meios inteiramente impróprios, os efeitos de um sistema de produção e distribuição. Ora, os grandes produtos de interesse mundial, tais como o trigo, o algodão e a borracha, produtos que são necessariamente cultivados para um mercado inter-regional, precisam ser planejados e afinal racionalizados por uma autoridade mundial. O fato de as tentativas nesse sentido terem repetidamente fracassado, durante o estado atual de anarquia econômica, não diminui nem deve fechar-nos os olhos para a necessidade de experimentar de novo, sob melhores auspícios. Uma vez que estivesse estabelecida uma produção básica, uma vez que o excedente fôsse racionalizado, os efeitos sociais de uma tarifa seriam criados sem o impedimento do intercuro de uma tarifa arbitrária de preços. As nossas muralhas são medidas militares frágeis, desastrosas mesmo, para fugir à necessidade de alterar um sistema econômico baseado na prioridade de direitos de propriedade e de oportunidades lucrativas; ao passo que o imperialismo é o esforço bastardo no sentido de criar uma estrutura internacional de produção moderna, com base na conquista, no roubo e na exploração de classes. Ambos êsses esforços são inimigos da civilização.

Temos ainda de criar a estrutura política adequada para a Civilização Ocidental — uma estrutura política que reconhe-

cerá as forças universalizadoras tanto como as forças diferenciadoras que se acham em funcionamento.

Ao mesmo tempo, temos de criar um alicerce, na cidade, na região, na província, para as forças diferenciadoras que são tão necessárias a tal sistema mundial — um fundamento que acietará a diferenciação de línguas e dialetos locais, que promoverá, em vez de tentar extripar ou padronizar, a linguagem viva, com a sua gíria, os seus idiomatismos, as suas variantes locais, o seu colorido, tanto na forma como na pronúncia; e as literaturas locais, as formas locais de arte e cultura, da culinária à pintura, do trágico e da abertura da paisagem às variantes das formas universais de engenharia e arquitetura.

Tendo por origem esta ou aquela região, uma força local crescerá no sentido da universalidade: a cooperação propagar-se-á através do mundo a partir da cidadezinha de Rochdale, ou a técnica da piscanálise penetrará em tôdas as culturas, uma vez que tenha tomado forma em Zurique e Viena. Essa influência e êsse intercuro inter-regional devem tornar-se possível numa escala muito maior do que durante a era liberal do século dezanove. Os antigos complexos de perseguição e os antigos temores de envenenamento pelo alimento cultural oferecido por uma mão estranha devem ser completamente extirpados. Porque, não nos enganemos: a criação de um mundo mais ordenado, mais suscetível de ouvir a razão, mais apropriadamente fundado na realidade, aguarda uma re-orientação do ego humano; isso exige uma percepção psicológica mais eficiente e uma disciplina coletiva mais ampla.

#### 4. — *Planejamento Regional: uma Nova Tarefa*

O desenvolvimento ordenado da região e a sua articulação mais perfeita com outras regiões — essa a tarefa do planejamento regional.

Planejamento importa em coordenação de atividades humanas no tempo e no espaço, com base em fatos conhecidos a respeito do lugar, do trabalho e do povo. Implica a modificação e re-colocação de vários elementos do ambiente total, com o propósito de aumentar o serviços que prestam à comunidade; e exige a construção de estruturas adequadas — moradias, fábricas, mercados, obras hidráulicas, diques, pontes, aldeias, cidades — para alojar as atividades de uma comunidade e assistir no desempenho de tôdas as suas funções necessárias, de maneira oportuna e ordenada.

O planejamento regional equivale à direção consciente e a integração coletiva de todas as atividades que se baseiam no uso da terra como sítio, como recurso, como estrutura, como teatro. Na medida em que tais atividades se achem concentradas dentro de regiões definidas, conscientemente delimitadas e utilizadas, as oportunidades de coordenação efetiva são aumentadas. Por isso, o planejamento regional é uma fase mais adiantada nos processos mais especializados ou isolados de planejamento agrícola, planejamento industrial e planejamento urbano.

Em toda sociedade, há uma espécie de coordenação espontânea de funções baseada na tradição. Mas esse tipo de "planejamento" empírico, embora não inteiramente ineficiente numa sociedade estável que funcione dentro de condições provadas por muito tempo, com convenções e deveres bem estabelecidos, foi anulado pelas alterações que se verificaram durante os três últimos séculos. O crescimento da população, a multiplicação de inventos, a ascensão de necessidades até agora desconhecidas, bem como o emprego de técnicas incertas e a aceleração da própria mudança — todas essas condições transformaram a coordenação empírica e espontânea em uma farsa sem sentido. Por falta de planejamento consciente, surge o império da confusão, uma oportunidade máxima de conflito social, de choque de propósitos e de duplicação de esforços, e um meio mínimo de alcançar a ordem coletiva. A ordem planejada só surge em setores dispersos, pela obra do estrategista militar, do geógrafo, do arquiteto, do engenheiro e do organizador industrial competente. As principais oportunidades de planejamento surgem apenas para organizações que tenham a vantagem do tamanho e do monopólio: o Bell Telephone System, por exemplo, nos Estados Unidos.

Cada indústria, cada instituição, cada área, cada entidade cívica, tem necessidade, dentro das modernas condições, de um plano de atividade e de um processo em desenvolvimento. Quanto mais eficiente se mostra tal organização, tanto mais certamente desempenha o plano um tal papel na direção das suas atividades internas. Mas todos esses exemplos isolados de planejamento sofrem por conta de duas coisas: falta de compreensão do significado social do plano, e impossibilidade de conseguir a coordenação com outras organizações, pela redução de atribuições, sob uma autoridade comum, num mais amplo esquema de planejamento regional e inter-regional. Mesmo as organizações que tentam fazer um máximo de planejamento científico dentro das suas próprias paredes tendem a resistir à necessidade desse tipo mais amplo de coordenação.

Por trás desse ceticismo e dessa hostilidade para com o planejamento, acham-se certos pressupostos e preconceitos que precisam ser completamente arrojados.

Que é um plano? Para os Oblomovs do mundo, um plano é um artifício para fugir às realidades da vida e para evitar as responsabilidades de ação. Para eles, um plano é uma concepção puramente fictícia, uma série de proposições traçadas em forma geográfica no papel, a servir como substituto da realidade. Tais planos bi-dimensionais representam o banimento da arquitetura, quando se tornaram separados dos processos de construção e foram elaborados por estas letrados que tinham pouco conhecimento direto dos processos técnicos de construção. Muitas vezes, no ato de elaborar tal plano, o objetivo fica esquecido; o projeto no papel, elegante, simétrico, sem a mácula de sórdidas considerações de preço, disponibilidade de materiais, propriedade de propósito, ignora importantes fatos relativos ao ambiente. O jardineiro paisagista que trabalha com papel se esquece da drenagem da terra e da adaptação da sua flora ao clima; o arquiteto no papel joga com elegante decoração e consegue estabelecer um equilíbrio formal na fachada, e esquece de pôr a sala de jantar suficientemente próxima da cozinha, para impedir que os alimentos se esfriem ao serem servidos; o engenheiro, no papel — trata-se de um caso real — desenha um projeto de irrigação com habilidade admirável em matéria de hidráulica, só para descobrir, depois que as obras hidráulicas foram construídas, que o solo é impróprio para cultivo.

Todos esses "planos" são ineficientes e embaraçosos, quando levados a cabo; têm a sua melhor situação quando ainda se encontram na prancheta de desenho. Muito frequentemente, como em numerosos esquemas de planejamento e zoneamento urbano, nos Estados Unidos, são piedosamente confiados aos arquivos, e algo radicalmente diferente é levado a cabo, dia a dia, pelos poderes do Estado. O planejamento, no sentido de se fazerem desenhos e diagramas inteiros, de cobrir todas as realidades discrepantes com revestimentos de pintura estética, de fazer da vontade um substituto da razão, tem muito justamente merecido o desprezo de pessoas inteligentes e teimosas. De igual forma, as tentativas no sentido de impôr uma ordem limitada de realidade às funções futuras do homem — como nos grandiosos traçados da Nova York do futuro, feitos com um século de antecedência pelos comissários "práticos" de planejamento urbano de 1811 — são muita vez mais enganosas na sua ordenação falsificada do que os procedimentos puramente empíricos das necessidades do dia haveriam de ser.

Um contraste, o planejamento autêntico é uma tentativa não para deslocar arbitrariamente a realidade, mas no sentido de esclarecê-la e de perceber firmemente todos os elementos necessários para pôr os fatos geográficos e econômicos em harmonia com os propósitos humanos. O planejamento regional implica em quatro fases. A primeira fase é a do levantamento. Significa a revelação, por meio de exploração visual direta e pela acumulação sistemática de fatos, de todos os dados importantes do complexo regional. Como até mesmo as constantes geográficas foram alteradas num ou noutro grau pelos processos temporais, o lado histórico do levantamento é tão necessário como o levantamento topográfico elementar.

O arranjo ordenado e a representação gráfica desses dados, por meio de mapas, tabelas estatísticas e fotografias, são auxiliares importantes para esclarecer a confusão mental, a observação parcial, e as generalizações enganosas formadas com base em provas insuficientes. Charles Booth e seus colaboradores, em Londres, Patrick Geddes e seus colegas em Edimburgo, talvez tenham sido os primeiros a empregar um completo levantamento cívico, como preliminar para o planejamento urbano e a ação municipal. Booth foi o mais exaustivo, os seus quadros detalhados, casa por casa, das condições de vida em Londres; Geddes foi o de maior descortino, por isso que incluiu, como temas de importância capital, a situação geográfica, os fatos climáticos e meteorológicos, os processos econômicos, a herança histórica. Entre si, muito antes de a análise industrial ter alcançado esta fase sistemática, criaram eles um padrão de diagnóstico ordenado e de tratamento das condições cívicas. Como sociólogo econômico, Geddes fez a necessária passagem do levantamento cívico para o levantamento regional; e, em várias oportunidades, o seu exemplo foi amplamente seguido; notem-se as investigações feitas em várias áreas industriais, por Abercrombie e outros, na Inglaterra.

O segundo estágio do planejamento é o resumo crítico das necessidades e atividades em termos de ideais e propósitos sociais. Infelizmente, esse é o elemento do planejamento que tem sido menos desenvolvido. Dentro do sistema econômico ainda dominante, o principal propósito do planejamento seria aumentar as recompensas pecuniárias dos donos da indústria e, num grau muito reduzido, talvez, dos trabalhadores também. Esses cânones pecuniários têm tendido a permanecer, sob ligeiros disfarces, como o endosso do planejamento; daí a habitual ênfase que se dá aos meios de transportes, à

existência de novas oportunidades comerciais e à desestabilidade da auto-suficiência nacional em tempo de guerra. Dentro de tais cânones de planejamento, a habitação e a construção comunitária só entrariam tardiamente, se chegassem a entrar.

Entretanto, planejamento é um processo seletivo: demanda avaliação e escolha. Embora os valores que venham a decorrer do planejamento regional eficiente devam finalmente harmonizar-se com a realidade, não se derivam automaticamente da situação imediata; podem, pelo contrário, trabalhar deliberadamente contra ela. É tolice pensar que os geógrafos, sociólogos ou engenheiros possam formular sozinho as necessidades e os propósitos sociais que fundamentam um bom planejamento regional; a obra do filósofo, do educador, do artista, do homem comum, não é menos essencial; e, a menos que sejam ativamente introduzidos no processo, como críticos tanto como criadores, os valores em que importará o plano, quando estiver finalmente pronto, serão meramente os que tiverem sido trazidos de situações e necessidades passadas, sem revisão crítica: dominantes antigas em lugar de emergentes novos.

O planejamento tomará uma forma, num país onde o desejo de realização e conquista bélica é supremo; tomará ainda outra forma, onde a educação e a promoção da vida sejam os alvos principais do esforço coletivo. Saber se os recursos de uma região são utilizados para construir bases aéreas militares, auto-estradas de mobilização estratégica e depósitos de munições, ou se para construir escolas, praças e parques, é algo que não se consegue puramente com base em dados geográficos ou técnicos.

O planejamento, portanto, não exige meramente uma visualização de recursos, atividades e processos, por meio da investigação regional: exige também uma formulação crítica — e uma revisão — dos valores correntes.

Uma das principais dificuldades que se opõem à aplicação de processos técnicos coletivos adiados e instrumentos de pensamento na criação de uma comunidade melhor, foi devida à dissipação de valores que se verificou durante o século passado. Embora os instrumentos comuns de produção tenham aumentado a base humana de associação, o colapso dos sistemas coerentes de valores fez desaparecer as possibilidades de ação unificada. E, além disso, os valores do Cristianismo Ortodoxo, do Protestantismo, do humanismo individualista, do capitalismo, do humanitarismo e do libertarismo, foram enfraquecidos não meramente através do conflito, mas

por força da erosão interior. Pode-se sem temor, profetizar o surgimento de um novo sistema de valores, que desalojará os restos desses sistemas agonizantes; um sistema partilhado, se não ainda formulado com êxito, pela maioria dos homens de boa vontade de hoje em dia. Mas, até que esse sistema tenha sido definido, expandir ou diminuir a quantidade de energia social será mais fácil do que alterar a sua direção. Em detalhes, todavia, um processo de reavaliação vem-se verificando de um modo geral por mais de um século; o seu resultado mais profundo foi a crença de que as oportunidades de mais plena manifestação de vida pertencem não a uma minoria exclusiva, mas a todos os cidadãos, até os limites das suas capacidades. O que o cristianismo expressava em termos de Céu, o socialismo humanista expressa em termos de vida diária.

A terceira fase do planejamento é a da reconstrução e projeção do que foi imaginado. Com base em fatos conhecidos, tendências observadas, necessidades estimadas, propósitos criticamente formulados, desenvolve-se então uma nova perspectiva de vida regional. Nesta perspectiva, uma infinidade de projetos dispersos — aqui a drenagem de um rio, ali o prolongamento de um serviço de bibliotecas, acolá a transferência de uma indústria para uma localização melhor — é estabelecida pela primeira vez, de uma maneira que revela as suas essenciais inter-relações espaciais e temporais. Nesse plano, os pontos vazios, as fraquezas, os recursos não utilizados, revelam-se, e novos meios de corrigir tais defeitos talvez sejam sugeridos; assim também, novas oportunidades, até então desprezadas, tornam-se visíveis. Não se pode oferecer melhor quadro do efeito integrador do planejamento, do que no esboço de plano feito por Henry Wright para Nova York — plano sobremaneira significativo porque êle não deixou de considerar a sucessão histórica.

Afinal, surge aqui o plano, no sentido aceito do termo. Pois boa parte desses projetos pode ser gráficamente representada. Tais planos, porém, são instrumentais, não finais: o que é planejado não é simplesmente uma localização numa determinada área; o que é planejado é uma atividade dentro de uma área, ou uma área subneda a uma atividade. Tal planejamento chama atenção para o fato de que a velha questão de saber se a sociedade deve ser organizada dentro de linhas territoriais ou numa base econômica e funcional é quase desprovida de significação. Pois uma sociedade territorial, tal como uma cidade ou uma autoridade regional, não é descritível apenas em termos da área que governa, e, semelhan-

temente, uma indústria de aço que possua ou opere uma infinidade de minas, altos-fornos, galpões, ferrovias, não pode ser descrita puramente em termos da sua organização incorporada ou das relações político-legais entre trabalhadores, administradores, acionistas e consumidores. O fato é que todas as associações e organizações são conduzidas através de estruturas físicas que existem no espaço e que são geograficamente condicionadas; só as sociedades imaginárias podem passar sem uma parcela de terra como sítio e sem os meios físicos de viver em conjunto. Planejamento regional é planejamento industrial, no seu aspecto de localização; planejamento regional é planejamento regional no que diz respeito ao complexo recurso-atividade-produto. Isso haveria de ser um truismo, não fôsse o fato de a palavra "plano" por si mesma recordar em muitas mentes apenas os aspectos mais estáticos do desenvolvimento regional: o levantamento do terreno e a disposição das forças, mas não os movimentos das tropas nem o resultado do combate.

Nesta fase do planejamento, o exercício disciplinado da imaginação criadora é extremamente importante; infelizmente, porém, a civilização, até agora, pouco alcance tem oferecido ao planejador coletivo. Em pequenos trechos, todavia, pode observar-se um processo paralelo em operação: arquitetos-paisagistas como Olmsted e Eliot, nos Estados Unidos, e arquitetos como H. H. Richardson e Louis Sullivan, têm raízes profundas na sua própria civilização, e tiveram, num grau extraordinário, a capacidade de compreender e exprimir as suas novas necessidades. Nessa fase do planejamento, aparecem combinações novas de elementos antigos e acréscimos novos de fontes recém-descobertas. A remodelação da terra e das suas cidades ainda se acha apenas em estado de germinação; só em obras isoladas da técnica, como uma represa para a produção de energia ou numa grande auto-estrada, começa-se de fato a sentir o avanço e o progresso da nova imaginação criadora; mas, evidentemente, o dia da aquiescência passiva ao ambiente dado, a época do esquecimento letárgico dessa fonte de vida e cultura, está-se aproximando do fim. Tem-se aí um campo novo de intensa atividade criadora.

Ora, êsses três aspectos principais do planejamento — levantamento, avaliação e o plano propriamente dito — são apenas preliminares: deve seguir-se um estágio final, que implica na inteligente absorção do plano pela comunidade e a sua tradução em termos de ação, por meio dos agentes políticos e econômicos apropriados.

Nesta fase, o plano passa por uma readaptação, à medida em que se defronta com as tradições, as convenções, as resistências e, às vezes, as oportunidades inesperadas de vida real. Plano algum pode automaticamente antever todas as contingências; mais ainda, perde ele algo de sua eficiência como plano, se sacrifica, de início, a clareza do ideal pela tímida antecipação de todas as qualificações e reduções a que os ideais estão sujeitos, no decorrer da sua tradução. Nem pode um plano, como tal, prever a sua própria realização; para surgir como agente reorganizador, deve ele ajudar a conjurar e a reeducar os próprios grupos e personalidades que irão fazê-lo frutificar. Os planos frágeis, que hesitam em deixar absolutamente a terra firme, são muitas vezes muito menos eficientes do que os muito atrevidos, que despertam a imaginação popular; os êxitos que os estados totalitários têm mostrado nos seus planejamentos coletivos talvez tenham-se devido à sua disposição de cortar um nó Gordio de resistências históricas.

Não há arquiteto ou engenheiro que seja suficientemente habilitado para estar em condições de detalhar, com instruções específicas, todos os atos de um trabalho tão simples como o de construir uma casa ou instalar uma máquina; pelo contrário, deve ele basear-se na habilidade autônoma e na compreensão até mesmo do trabalhador não especializado. O plano não é, portanto, um substituto da escolha, da decisão ou da invenção inteligente da parte daqueles que devem executá-lo em detalhes; presume, antes, a existência dessas qualidades e organiza o meio em que elas possam mais eficientemente operar. O que é verdadeiro com relação às construções individuais, é mais verdadeiro ainda nas coordenações complicadas da sociedade. Os planos regionais são instrumentos de educação comunal; e, sem tal educação, só podem aguardar uma realização parcial. Com a carência de participação e compreensão inteligente, em todas as fases do processo, a partir da menor unidade, os planos regionais devem permanecer inertes. Daí a necessidade de órgãos positivos de assimilação. Os planos regionais devem proporcionar, na sua própria constituição, os meios para ajustamentos futuros. O plano que não deixa aberto o caminho para a mudança será pouco menos desordenado que o empirismo sem mira que rejeita o planejamento. Renovação — flexibilidade — ajustamento: tais são os atributos essenciais de todos os planos orgânicos.

Se o problema de planejamento é mais complexo hoje do que jamais o fôra antes, os meios também tornaram-se mais apropriados. Uma comunidade que seja tecnicamente

capaz de inventar máquinas de calcular, para a solução de impenetráveis problemas matemáticos, e que pode transmitir imagens falantes pelo espaço, não pode alegar falta de capacidade quando se trata de aplicar uma técnica mais complexa de pensamento e processo administrativo às suas necessidades sociais. Parte do deslocamento de que sofre a vida econômica é devida ao fato de que o nosso equipamento mecânico foi inventado, aperfeiçoado e operado mais rapidamente do que os nossos meios de controle social. Com exceção de umas poucas matérias tais como contabilidade, os registros permanentes e as organizações de responsabilidade limitada, os nossos enormes mecanismos industriais foram edificados empiricamente, sem suficiente atenção para a psicologia da organização humana. Isolamos fatores mecânicos e aprendemos a tratar deles de um modo sistemático proveitoso; mas ainda temos de inventar aquele sistema mais amplo de ordem que colaborará na transformação das nossas relações sociais; um dos seus símbolos é o próprio planejamento regional.

##### 5. — *Levantamento e Planejamento como Educação Comunal*

A política partidária do século dezenove estava tão distanciada do tecido denso da vida real como o estavam os seus cânones pecuniários de êxito. Um eleitor podia fielmente seguir a relação com a sua vida imediata, sem um conhecimento íntimo de sequer uma fase da administração política, desde os impostos ao sistema escolar, e sem afetar para melhor um só aspecto da sua vida de trabalho ou do seu ambiente diário. O sistema "funcionava" numa atmosfera de acabada ignorância.

Os novos estados totalitários alegam com firmeza que consideram com desdém a política liberal do século dezenove; de fato, porém, mantêm as mesmas tradições, de um modo ainda mais custoso, com a desvantagem adicional de o seu hábito político ter de ser conservado a alta pressão, a fim de afastar a atenção da esterilidade humana das realizações do Estado-poder. Os factistas desempenham o ato de votar sem ter o privilégio de dar ao menos um voto negativo; desempenham as formas de sondagem da opinião pública sem coragem de ouvir mais do que um só lado; mais ainda de que os estados mais imperialistas do século dezenove, almejam eles apagar as diferenças locais, as preferências locais, as pressões locais. O estado totalitário tem apenas duas funções importantes: preparar-se para a guerra e manter o poder

nas mãos do partido governante. Não se trata, absolutamente, de uma nova forma de política: trata-se meramente da antiga forma, despidoradamente reduzida à sua nua realidade.

O Estado fascista pode ser definido como a ditadura bélica do Estado-poder, estratificada numa forma permanente: a opinião governada pela censura de guerra, a ação governada pela coerção militar, tôdas as leis abertas ou implicitamente convertidas em leis marciais. Em certo sentido, qualquer louco pode governar tal comunidade; mas só um louco tomaria tal processo por uma forma de governo.

Nenhum dos atributos de uma civilização adiantada pode ser mantido numa população permanentemente acuada e servil: as iniciativas delicadas, as delicadas cooperações, as fidelidades mais arraigadas com relação à verdade e ao juízo racional, de que depende a nossa civilização, não podem ser preservadas em governos que não conhecem lei alguma, mesmo na vida espiritual, a não ser o vézo do ditador e o domínio do partido. Se o Estado totalitário mostra ainda na superfície, aqui e ali, características da nossa civilização comum, tal se dá apenas porque ainda vive das energias agonizantes da geração mais civilizada que o precedeu; na medida em que o fascismo obtiver êxito, tais energias esgotar-se-ão e a barbárie irá progressivamente elevar-se à superfície, seja ou não seja apressada pela guerra. Tais povos descerão ao nível da antiga Esparta — de cuja própria "bravura" o mundo antigo ri-se às vezes. A interpretação dada por Toynebee a essa possibilidade, no terceiro volume de *Um Estado de História* é extremamente sugestiva.

A verdadeira alternativa dos padrões políticos vazios do século dezoenove encontra-se não no totalitarismo, mas justamente no seu inverso: no restabelecimento de dimensões humanas no governo, na multiplicação das unidades de serviço autônomo, na ampliação dos processos cooperativos de governo, na redução geral da área de compulsão arbitrária, na restauração dos processos de persuasão e de acôrdo racional. A vida política, ao contrário de ser o monopólio de remotos especialistas, deve transformar-se num processo de vida diária tão constante como a visita da dona de casa à mercearia ou ao açougue, e mais freqüente que a visita do homem ao cabeleireiro. Se o ócio que foi prometido ao homem pela máquina vale alguma coisa, deve valer pela extensão de privilégio de ser um animal político ativo. Pois tôda fase da atividade, grupal, industrial, profissional, educacional, tem o seu aspecto político: cada atividade levanta problemas especiais

de poder, organização, contróle e disciplina — problemas que chamam por soluções inteligentes e ordeiras.

O inverso da compulsão tirânica não é a "liberdade" incondicional, mas a prática sistemática da disciplina racional, por meio da educação e do serviço cooperativo; por meio da educação, a curva da existência individual pode ser finalmente harmonizada com a da comunidade, não por mera restrição da reação àquilo que é desejada por um déspota governante, mas por uma ampliação do alcance e da oportunidade pessoal, nas esferas de compreensão racional e ação administrativa, que compõem a preocupação fundamental do cidadão e da política. O fato de a conduta humana ser cheia de resíduos irracionais não reduz essa necessidade, pois o que é verdadeiro com relação aos seres humanos em massa é igualmente verdadeiro quanto aos governantes e chefes auto-escolhidos: em qualquer caso, o problema é aumentar a área de juízos racionais e de atividade política racional, e desviar ou sublimar as forças que sejam antagônicas da cooperação. Na medida em que o poder político se torne racionalmente condicionado e difundido com êxito por meio da educação, o cidadão individual relutará em sacrificar as suas próprias iniciativas e o seu próprio discernimento, em favor do monopólio terrorista da ditadura. A impotência de muitos é a força de poucos — e vice-versa.

Por onde deve começar êsse retorno às realidades políticas? Onde melhor que a região? Tôda política racional deve partir dos fatos concretos da vida regional, não como aparecem aos olhos do especialista, mas como aparecem, antes de tudo, aos olhos daqueles que vivem dentro da região. Os nossos sistemas educacionais estão apenas começando a empregar a comunidade local e a região como centro de atividades exploratórias; mas, antes que os recursos e as atividades de uma região sejam tratados como temas abstratos, devem êles ser compreendidos, sentidos e vividos como experiências concretas. Partindo do engatinhar de uma criança em seu lar, o contacto sistemático com o ambiente deve ampliar-se até abranger o mais remoto horizonte, no alto da montanha e no mar; num certame de regatas, de pescaria, de caça, de quebrar pedras ou de mineração, tôdas as crianças devem ter um conhecimento pessoal do substrato primitivo da vida econômica: a geografia e a geologia dos compêndios devem ser anotações para êses exercícios, não os substitutos. Assim também com o trabalho no jardim, na horta, no campo de feno e na plantação de cereais: aqui está a própria substância da vida regional, e nenhum sistema de educação, nenhum ambi-

ção, pode ser considerado nem mesmo remotamente satisfatório, se não inclui essas experiências como elemento vital. O trabalho infantil, como mostrou Karl Marx, será uma parte essencial de toda a educação, uma vez que o elemento de exploração tenha sido dele removido.

O passo seguinte no sentido de uma vida política racional — note-se como é diferente esse processo dos automatismos militares dos fascistas — é a passagem dessas experiências para as observações locais empreendidas mais sistematicamente. A observação do solo, do clima, da geologia, o levantamento industrial, o histórico, com base no ambiente local imediato, são os instrumentos de educação que se seguem em importância; trata-se um processo de aprender em detalhe, assim como na sua totalidade, aquilo que, até então, fora compreendido numa observação passiva, na cidade e no campo. Todos esses levantamentos locais, efetuados em conjunto, passam a ser o ponto de foco de um levantamento regional mais generalizado. Tais observações já chegaram a desempenhar uma parte importante na educação inglesa; em verdade, a investigação sobre a utilização da terra, recentemente realizada na Inglaterra, foi efetuada pela cooperação dos escolares de todas as localidades.

Tais levantamentos, se feitos apenas por investigadores especialista, seriam politicamente inócuos; efetuadas pela participação ativa de escolares, num ponto apropriado do desenvolvimento do adolescente, transformam-se em núcleo central numa educação funcional para a vida política. É na comunidade local e na região imediata, suficientemente pequena para ser descortinada de uma tórride, uma colina ou um avião, para ser explorada em todas as partes antes que a juventude tenha chegado ao período de responsabilidade política, que se pode dar início ao processo de uma detalhada reabsorção do governo — uma alternativa para aquele meio-mundo de vagos desejos, sonhos vadios, dísticos sem sentido, mitologias pretensiosas, em que a política do poder floresceu no passado. A atitude científica, o método de cooperação intelectual, incorporado na observação regional, são forças moralizadoras e só quando a ciência transforma-se em parte da experiência quotidiana, e não em mero revestimento do hábito superficial por sobre uma camada profunda de autoridade não sujeita a críticas, é que os fundamentos de uma disciplina coletiva comum podem ser lançados.

A maior parte da nossa rotina educacional, edificada durante o século passado, refletiu as instituições políticas e econômicas dominantes; substituiu a realidade por meros

cálculos no papel. A eliminação das opiniões e das experiências concretas reduziu, mais do que ampliou, a esfera de educação fletiva: finalmente, chegamos à época da especialização extrema, a época presente, em que a quantidade de conhecimento especializado, muitas vezes preciso, muitas vezes extremamente requintado, despiu-nos há muito da capacidade de empregá-lo como parte de um todo consistente. O remédio para isso não deve ser encontrado em qualquer combinação mecânica de especialismos: poderíamos digerir o conteúdo de uma enciclopédia sem obter mais nada, em matéria de unidade, do que uma dor de cabeça. O remédio acha-se, antes, em partir-se da totalidade comum — uma região, suas atividades, sua gente, sua configuração, sua vida total — e em relacionar cada nova realização em matéria de conhecimento especializado com aquele conjunto de imagens e experiências.

Aqui e ali, essa atitude orgânica perante o conhecimento, como coisa uma com a vida, e perante a vida como função constante do conhecimento, tem sido tomada na educação, a partir da fase mais elementar da nova escola infantil. Mas o fato é que a educação, em vez de elevar-se acima dessa atitude unificadora, deve conservá-la em todos os estágios posteriores, juntamente com o elemento de drama e arte delibados.

O que é necessário para a vida política não é o mero conhecimento de fatos, pois este, em si mesmo, é inócuo; o que se faz necessário são esses impulsos estéticos e míticos que abrem novas atividades e esculpem novas formas de construção e contemplação. Quando a paisagem, na sua totalidade, vier a significar para a comunidade e para o cidadão individual o que o jardim significa para o amante individual de flôres, a observação regional não será meramente uma maneira de assimilar conhecimento científico: será uma preparação dinâmica para a atividade futura. O Sistema Metropolitano de Parques, de Boston, um dos mais variados e abrangentes do mundo, deve a sua existência justamente a levantamentos regionais dessa ordem, praticados por Charles Eliot nas suas andanças de escola pela região. A "Appalachian Trail", por sua vez, deve não pouca coisa às atividades extra-curriculares de Benton MacKaye, que fez, menino ainda, uma exploração sistemática do ambiente de Shirley Center.

Desde que esse tipo mais realístico de educação se torne universal, em vez de ser ligado a um sistema mais convencional, criaremos toda uma geração que encarará todos os aspec-

tos da região, da comunidade e das suas vidas pessoais como se estivessem sujeitos aos mesmos processos: exploração, observação científica, reconstrução na imaginação e, afinal, transformação pela arte, pelos melhoramentos técnicos e pela disciplina pessoal. Em vez de uma unidade doutrinária externa, imposta pela propaganda ou pela imposição autoritária, tal comunidade terá uma unidade de antecedentes e uma unidade de atitudes, que não precisará de ameaças externas para preservar o necessário estado de coesão interna. A ciência deu-nos as pedras para a construção de um mundo ordenado. Precisamos ainda da utilização da ciência, por meio da observação, da exploração e da reconstrução regional, para que possamos aumentar a área de racionalismo político e de controle humano. A síntese individual proporciona um fundamento para a atividade criadora unificada.

Desde que as dimensões humanas, estejam ultrapassadas, desde que o fato concreto desapareça da vista, o conhecimento torna-se distanciado, abstrato e insuportável; nem o esforço de uma vida inteira proporcionará uma percepção suficiente do ambiente. Quanto maior o número de pessoas que são atiradas conjuntamente numa área limitada, sem relações orgânicas, sem um meio de alcançar uma educação autônoma ou de preservar as atividades políticas autônomas nas suas relações de trabalho e de vida, tanto mais devem elas tornar-se sujeitas à rotina e à manipulação exteriormente impostas. A reabsorção do conhecimento científico e a reabsorção do go-vêrno devem andar a lado. Precisamos criar, em tôdas as regiões, pessoas que estarão acostumadas, desde a escola, a ter atitudes humanitárias, métodos cooperativos, contróles racionais. Tais pessoas conhecerão em detalhes o lugar onde vivem; saberão como vivem; estarão reunidas por um sentimento comum com relação à sua paisagem, à sua literatura, à sua língua, aos seus costumes locais, e, com base no seu respeito próprio, terão um entendimento simpático com as demais regiões e diferentes peculiaridades locais. Estarão ativamente interessadas na forma e na cultura da sua localidade, que representa a sua comunidade e as suas próprias personalidades. Tais pessoas irão colaborar com o nosso planejamento agrário ou industrial, e o nosso planejamento de comunidade, com a autoridade da sua própria compreensão e a pressão dos seus próprios desejos. Sem elas, o planejamento não passa de exterioridade estéril.

Hoje em dia, temos formas inferiores de vida porque as nossas populações metropolitanizadas do mundo inteiro são, ao mesmo tempo, desprovidas de espírito e de desejos:

são verdadeira carne de canhão, servos potenciais de um novo feudalismo totalitarista, pessoas cujas vidas imaginativas saciam-se com meras sombras, pessoas cujas vozes são encobertas pelos *akko-falantes*, pessoas cuja vontade só é capaz de reação sob estímulos e pressões de massa, pessoas cujas personalidades, em vez de serem representadas por um número inteiro podem ser representadas apenas como uma fração — um milionésimo de uma multidão de votantes, uma multidão belicosa, uma multidão obediente.

O papel do levantamento regional é, pois, educar os cidadãos: dar-lhes os instrumentos de ação, preparar um cenário para essa ação, e sugerir tarefas socialmente significativas como metas para a ação. Em última análise, tudo isso se torna dever essencial de tôdas as escolas vitais, de tôdas as universidades responsáveis. Nesse sentido concreto — e não em qualquer vaga forma de esperança — a educação é a alternativa para a compulsão irracional e arbitrária. O seu oposto é a redução da educação à instrução militar e a acumulação, e a redução do corpo político a um cadáver galvânicamente levado a revelar certa semelhança de vida pela aplicação de estímulos exteriores a partir do centro. Tal estado pode criar "heróis": não pode jamais criar uma sociedade ampla, de personalidades verdadeiras, homens e mulheres que aprenderam as artes da vida comunal e pessoal, que não renunciaram à vontade de ordem nem procuraram criá-la num único monótono modelo. Sem fundamento cultural assim tão largo, o planejamento regional só pode ter uma significação política reduzida. Entretanto, desde que se tenha criado a base cultural, o planejamento regional passa a ser um dos atributos essenciais da civilização progressista; e toda economia efetiva que introduz tende a estimular a capacidade de associação e a ampliar o campo de ação significativa.

## 6. — *Condições da Reconstrução Urbana*

Muitas coisas que se fizeram apressadamente no século dezanove, porque, em certo sentido, não havia tempo para pensar, têm agora de ser inteiramente refeitas. A divisão das áreas exploráveis do mundo entre as potências existentes da Europa, numa base que carecia de razão e de justiça, transformou-se num anacronismo intolerável: os impérios que se fundaram na noção de que tal divisão era permanente devem ser dissolvidos, a menos que se deva dissolver a própria civilização. Com as vistas voltadas para esse fim, os traçados e as rotinas beligerantes do próprio Estado nacional devem ser suavizadas por meio de uma sistemática cooperação inter-re-

gional; se não se puder fazer nenhuma dessas coisas enquanto as tiranias aberrantes dos estados totalitários estiverem ameaçando os modos de vida mais civilizados e democráticos, far-se-ão depois que elas tiverem sido liquidadas: os homens de boa vontade superam em número os bárbaros homicidas, e dia virá em que, como foi prometido, haverá paz para todos os homens de boa vontade.

Uma das tarefas mais importante do século vinte é a recolonização do planéta. Os séculos passados foram séculos de exploração guiada pelo acaso. A pressão da população, que se fez sentir primeiro na Europa e depois no Oriente em virtude das forças que se originaram na Europa, bombeou para as áreas de pressão populacional baixa milhões de imigrantes; para encontrar um paralelo desse movimento, talvez se tenha de retroceder ao ressecamento das campinas da Ásia Central, que impeliu os unos para o coração da Europa. Neste caso, outra vez, infelizmente, o fluxo de população foi espontâneo e não teve a guião-lo conhecimentos suficientes; e grande parte da obra de colonização precisa ser toda feita de novo.

Na América do Norte, essa necessidade já foi reconhecida: fazendas que deveriam ter ficado nas florestas estão sendo devolvidas à floresta; campinas que deveriam ter sido deixadas para o pasto do gado, em vez de ser amanhadas para a plantação de trigo, voltarão de novo a servir de pastos: pastagens do Oeste voltaram a ser pastos, devido à Lei Taylor, sob contróle federal direto. A população que se propagou sem direcção social maior que a tensão superficial que dá definição a uma mancha de tinta, deve ser re-agrupada e nucleada, de um modo que possibilitará uma vida cooperativa civilizada. As indústrias que se amontoaram nos centros de congestionamento para tirar proveito da mão-de-obra barata devem agora fluir para novos centros, onde é possível uma vida melhor para os trabalhadores; uma inteligência científica consciente deve determinar os novos locais de conveniência industrial, e organizar industriais e comunidades de tal maneira que nem o próprio suprimento de mão-de-obra nem a protecção organizada dos trabalhadores contra a exploração tenham por base o mero congestionamento de população em cidades aglomeradas. As indústrias, que durante o século dezanove, gravitavam naturalmente em tórno da mina de carvão, da via férrea ou do pórtio marítimo atravancado, devem agora ser situadas em áreas mais convenientes, onde as novas fontes de energia e os novos meios de transportes podem ser usados com melhor proveito.

Mas, embora a decadente forma metropolitana não apenas permaneça dominante por muito tempo, as fontes de urbanização persistem, assim mesmo. A causa principal é a eficiência crescente da agricultura. Com a mecanização dos principais processos de amanho, destorroamento, colheita, amarração, debulhação, ordenha e classificação, um número menor ainda de pessoas é capaz de fazer o trabalho original; e, com os melhoramentos na agronomia, pela seleção de sementes, novos meios de enxertia e um conhecimento maior da bioquímica do crescimento das plantas, tanto o número de pessoas como o de áreas dedicadas à produção agrícola serão menores; isso libertará um número de homens e mulheres, para o trabalho não agrícola. Daí permanecer a necessidade de construir-se comunidades urbanas, muito embora a população de um país como um todo se aproxime da estabilidade.

O perigo está em que esse processo de re-colonização e urbanização continuada tenha prosseguimento, pela inércia, nas formas que predominavam no passado. A maioria dos nossos planos de desenvolvimento urbano tem sido estática; tem tomado hábitos passados, métodos técnicos passados, códigos legais do passado, passadas oportunidades financeiras e atitudes sociais, como os únicos elementos que condicionarão o desenvolvimento futuro. Nessa base, é fácil provar que, se a metrópole cresceu em população, no passado, continuará a crescer no futuro. Aquêles que sustentam essas opiniões consideram quaisquer outras possibilidades como imagináveis — com o que querem dizer, na realidade, que são incapazes de ter outros pensamentos.

Mas, afóra o fato de ser a História cheia de reversões nas tendências existentes — principalmente em matérias difíceis tais como aumentos urbanos de população — tais planos para o futuro deixam de considerar todos aquêles elementos que existem no presente apenas como imaginação, desejo, sonho e projeto — as forças sociais latentes que se materializam em formas inesperadas, em cada geração. O elemento imprevisível em todos os esquemas de planejamento urbano e regional, não é o que os homens possuem e aquilo a que estão acostumados, mas aquilo que querem, aquilo que estão prontos, quando a necessidade tenha sido organizada e dramatizada, a alcançar. Sem tirar proveito das forças diretas da imaginação, sem libertar os elementos não dados ou não dominantes numa situação presente, o planejamento deve continuar sendo uma tardia improvisação, depois que as forças da vida já transbordaram, nunca se dando conta das suas oportunidades, comprometida a navegar com a corrente, nunca parando para tomar fôlego.

Planos que não se levantam de situações reais, planos que ignoram as instituições existentes, são fúteis, é claro; não passam de utopias de fuga. Mas os planos que não fazem caso de formular as forças criadoras potenciais, muito embora sejam talvez débeis no momento da formulação, são igualmente fúteis, por mais que sejam copiosamente lastreadas de estatísticas e demonstrações semi-científicas: emprestam êles toda a sua autoridade e uma ordem que já é, por definição, passada.

A diferença entre êsses dois tipos de planejamento ficou bem ilustrada na diferença entre o Relatório sôbre o Planejamento Regional para o Estado de Nova York, de Henry Wright, em 1926, e o volumoso relatório sôbre o Distrito Metropolitano de Nova York, de Thomas Adams e seus colaboradores, durante a mesma década. O relatório de Wright tratava não só de fatos passados, mas dos novos emergentes sociais e econômicos; em consequência, a obra de Wright e seus colaboradores lançou os fundamentos do movimento pelo planejamento regional em todos os Estados Unidos. O relatório Russel Sage, por outro lado, era obsoleto até mesmo no momento da sua formulação original, para nada dizer do seu sumário final — um manual compacto sôbre como não encarar o futuro e sôbre o que não fazer. O relatório de Adams comprometeria a cidade a uma continuação dos seus erros passados; o relatório de Henry Wright mostrava, na situação existente, as possibilidades de uma nova ordem: não uma continuação passiva, mas uma reintegração.

Não esqueçamos a diferença entre essas duas ordens de pensamento: ela está no fundo da atitude perante todo o problema de re-colonização e reconstrução urbana que agora se apresenta ao Mundo Ocidental.

Esse problema tem duas faces: uma é a construção de novos centros, de acôrdo com diretrizes que corporificam os melhoramentos correntes na arquitetura, no urbanismo e na percepção social; a outra face é a reconstrução de centros existentes, grandes e pequenos, com a extripação de tecido mórbido, a restauração das relações funcionais que foram esquecidas, dando-se-lhes, no processo de renovação, uma paridade com as comunidades mais novas. Se os corpos planejadores aceitam as estruturas existentes de finanças e administração como válidas, ou mesmo como indispensáveis — porque têm sido consideradas como herança do passado — nenhuma alteração de importância pode ser feita em qualquer parte do ambiente humano: o planejamento será pouco melhor que a aplicação de ataduras aos pontos doloridos da

vida cívica, ou de máscaras de beleza sôbre a sua epidérmica adocentada.

A verdadeira oportunidade de desenvolvimento urbano e regional acha-se no fato de que o padrão existente de vida econômica não pode permanecer estável. O aumento da coluna de débitos nas grandes metrópoles, a pirâmide pouco firme dos valores imobiliários, tornam precários a vida econômica e impossível um planejamento social eficiente. Daí a verdadeira necessidade de ser reduzida essa estrutura onerosa, por meio de uma política pública deliberada, e de se edificar um corpo público responsável, capaz de dirigir o fluxo dos investimentos por canais humanos e de liquidar com o menor resíduo possível da estrutura especulativa presente. Só com essa alteração radical de objetos e métodos será possível construir, por meio da ajuda e da iniciativa públicas, centros alternados que atrairão a indústria e a população com base na sua própria essencial superioridade de vida. Quando chegará a oportunidade para o seu re-planejamento. Preciso eu recordar mais uma vez que o aumento enorme no número de *playgrounds* de Manhattan não foi resultado de impossibilidade financeira? que foi o resultado da deflação, da impossibilidade de pagar impostos, da falência e da queda da população?

As cidades existentes devem vir a participar da re-urbanização do ambiente moderno, mas, antes que possam tornar-se cidades regionais, capazes de sustentar um ambiente equilibrado para as suas massas ora miseravelmente alojadas, o regime metropolitano em geral precisa ser progressivamente liquidado. No processo de desenvolvimento urbano, os valores sociais e os financeiros acham-se em decisivo conflito; os cânones pecuniários de êxito produziram um ambiente que destrói a vida, e, assim também, os padrões biotécnicos de realização devem produzir um sistema de valores capaz de destruir as finanças metropolitanas. Todo o nosso programa de re-urbanização e habitação demanda uma escolha decidida. Essa escolha pode não ser revolucionária, no sentido de implicar num colapso completo e numa catástrofe total; mas é revolucionária no sentido de que, quando, pela pressão continuada e pelo movimento de dia a dia, tenha atingido o seu fim, a metrópole e os valores pecuniários insidiosos da vida metropolitana estarão obliterados, e um novo conjunto de instituições operantes, mais consonante com o padrão humano de valores, tiver tomado o seu lugar. Os planejadores que não tiverem consciência dessas implicações são sociologicamente

demasiado desprovidos de malícia para assumir a responsabilidade de funções importantes; em vez de ajudar a definir uma política pública adequada, eles só podem ofuscar os resultados e sabotar um programa social sólido.

## 7. — O Novo Método de Desenvolvimento Urbano: *as Cidades-Jardins*

Os resultados acima foram definidos pela primeira vez durante o século dezanove. Três grupos de homens tiveram influências sobre as nossas concepções mais recentes de agrupamentos de populações e planejamento cívico; e um quarto ainda tem de promover a sua aceitação generalizada.

O primeiro colaborador do movimento habitacional foi Robert Owen, homem de mente original e o seu tanto fanática, o primeiro fabricante que, em vista dos seus próprios êxitos como empreendedor, decidiu-se deliberadamente a enfrentar os resultados sociais barbaizantes da nova indústria mecânica, processo que ele observara diretamente, como agente de um proprietário bem intencionado, e pessoalmente, como industrial ativo. Owen propunha, para permitir que os novos trabalhadores industriais ascendessem da situação miserável em que viviam dentro do novo sistema fabril, construíssem-se pequenas comunidades balanceadas, no campo aberto. As facilidades educacionais e sociais necessárias para essas novas colônias, assim como casas apropriadas, seriam um ônus da produção, não menos que os salários dos trabalhadores.

Na comunidade ordenada para a qual Owen apresentava planos, encontra-se a primeira tentativa, agora a literatura das utopias, de definir o núcleo, ou célula básica, do crescimento urbano, em relação à nova forma de organização industrial que adquirira configuração na fábrica mecanizada e impulsionada a energia. O plano de Owen não era apenas radicalmente melhor que qualquer outro padrão urbano do princípio do século dezanove: tinha a vantagem, sobre as novas praças das classes superiores de Edimburgo ou Londres, de tratar, como parte do próprio plano, de algumas das características essenciais da vida social. De um modo geral, o original ensaio de Owen compara-se favoravelmente com a melhor obra feita no século vinte, depois de mais de uma geração de experiências intensivas; pois, por um lado, os seus planos não tinham o defeito causado por concessões feitas ao estranho e o pitoresco, e por outro, ele não teve medo de dar à comunidade a conveniência e a compactidade de uma cidade.

A combinação de visão e experiência prática de Owen deu uma influência especial a sua doutrina; as suas esperanças

foram um fermento levedante que continuou a operar através do século dezanove. Teve ele os seus colaboradores e sucessores: a idéia de Fourier, de uma sociedade harmônica, tinha uma base psicológica mais rica que o racionalismo, um tanto árido de Owen, e o plano dos falanstérios de Fourier — embora o seu tanto fantástico e irrelevante — contribuiu, não obstante, com detalhes imaginativos para a concepção de uma economia cívica racional. O falanstério construído por Godin, manufatureiro do aço, em Guisa, na França, foi um resultado direto das idéias de Fourier, um dos primeiros esforços no sentido da habitação coletiva e da edificação de comunidades de operários. A pura necessidade muitas vezes levou os industriais a construir moradias para os seus trabalhadores, quando a sua fábrica aplainava-se situada no campo aberto; isso proporcionou uma oportunidade para novas iniciativas, e a obra de Sir Titus Salt, em Saltaire, na década de 1850, preparou o caminho para colônias futuras, como as de Krupp, em Essen, de Cadbury, em Bourneville, e de Lever, em Port Sunlight. Em termos de vida suburbana aberta, as duas últimas iniciativas tiveram um efeito imediato importante sobre o traçado dos subúrbios de classe média, com generosas reservas de espaços abertos; mas as melhorias que instituíram, o seu bom planejamento e a sua baixa densidade impediram-nas de ter uma influência decisiva sobre o baixo custo das casas de trabalhadores, feitas pelo especulador e o construtor de moradias baratas.

De um modo importante, essas novas comunidades diferiam das colônias suburbanas, de classe média: achavam-se elas diretamente relacionadas com a indústria; levavam em conta a vida social dos trabalhadores; tendiam a formar um pequeno agrupamento cívico. A fraqueza desses esforços benéficos estava em que existiam principal, se não inteiramente, como iniciativas do "empregador iluminado", que eram vez por outra tirânicos nas suas providências financeiras e administrativas fudamentais — tanto assim que, no caso de Pullman, Illinois, os beneficiários, irritados, rebelaram-se. A despeito das fraquezas em matéria de organização social, as novas aldeias-jardins-industriais foram, de um modo geral, os melhores bairros das classes trabalhadoras que se tinham construído desde as fundações caritativas do século dezanove — podendo-se fazer exceção, talvez, das pequenas cidades e aldeias edificadas na Nova Inglaterra, Pensilvânia e partes do Ohio, antes da metade do século dezanove. Ainda que nada mais tivessem feito, fizeram a dissociação

entre os processos de indústrias e a idéia de degradação humana num ambiente mesquinho — uma dissociação muito útil.

Entretantes, o espetáculo da colonização e da construção de cidades não se achava perdido para os observadores mais perspicazes do século dezanove — ainda que fosse estranha a idéia de cidade, no seu esquema de pensamento abstrato. Um observador inglês, Wakefield, publicou um livro no qual advogava uma aplicação mais sistemática da arte de colonização em novas terras; e outro inglês, James Silk Buckingham, exercitou a imaginação na construção de uma cidade ideal, Victoria, que tinha a distinção de ser de população limitada, e de admitir os serviços sociais que decorriam das associações voluntárias das novas cidades industriais, como elementos essenciais da nova ordem de existência urbana. Finalmente, Henry George, encarando o processo de colonização do Extremo Oeste dos Estados Unidos, observou como o congestionamento de população aumentava automaticamente os valores agrários; assim, enquanto a terra permanecesse em mãos de particulares, impunha ela um ônus àqueles que direta ou indiretamente eram obrigados a utilizar-se de terras caras. Quanto mais adiantada a indústria mecanizada, tanto mais complicada a rede de transportes, tanto mais densa a população, tanto mais elevado o imposto particular em forma de aluguel.

Pelo fim do século dezanove, todos esses planos, sonhos e iniciativas achavam-se ainda em circulação; o seu efeito real sobre a sociedade, entretanto, era praticamente nulo. Nesse ponto, um benévolo cidadão inglês, sem o embaraço daquelas formas de competência especializada que paralisavam o pensamento criador, publicou um livro chamado *To-morrow* intitulado em edição posteriores *The Garden City* (A Cidade-Jardim). Nesse livro, as opiniões de Thomas Spence e Henry George, as de Owen, de Fourier, de Wakefield e de Buckingham, foram fundidas numa nova, e, então, inteiramente original concepção: a da cidade-jardim, ou do ambiente urbano equilibrado.

Howard tomou como ponto de partida o fato básico da urbanização do século dezanove: a população estava crescendo e ia sendo arrastada para os centros industriais existentes, particularmente para as metrópoles já superpovoadas. Bairros novos tinham de ser criados, ano após ano, para as fábricas e seus operários. Por que teria essa colonização de prosseguir em centros que eram tão terrivelmente congestionados, já colhidos de miseráveis cortiços? Por que não se

fazia uma tentativa deliberada no sentido de criar novas cidades com os excedentes? Em verdade, cada novo incremento da população era uma oportunidade nova para inverter aquelas tendências que vinham fazendo a vida nas cidades mais proibitiva no seu custo e mais insatisfatória quanto ao resultado social.

Neste passo, Howard lançou mão de um ponto onde o industrialista individual, com os seus planos filantrópicos de construção de aldeias industriais descentralizadas, ou cidades-modelos, era fraco, e onde o industrialista mais matreiro, que muitas vezes fugia para centros menores a fim de gozar dos benefícios da mão de obra barata, era positivamente anti-social. Howard reconheceu as limitações humanas do que, nos Estados Unidos, tem o nome de Cidade da Companhia \* — a cidade organizada e controlada, quando não inteiramente possuída por uma única indústria. Tal método de “descentralização” deixava todo mundo mais pobre, menos o próprio industrial; atastava as possibilidades de indústrias ou de modos de vida alternativos, dos trabalhadores; e, naturalmente, despertava a oposição, da parte dos trabalhadores organizados, nas indústrias mais adiantadas. Para Howard, o problema de organizar boas cidades industriais era algo mais que o problema de escolher bons locais para a indústria ou de procurar terras baratas.

Mas Howard mostrou a sua ativa imaginação social ainda noutra direção: a sua visão era bifocal; êle enxergou tanto o campo como a cidade, e observou que as áreas rurais estavam-se tornando rapidamente despovoadas porque tinham deixado de ser atraentes, do ponto de vista das oportunidades econômicas e sociais. Os jovens, os aventureiros, os inteligentes, eram atraídos para as grandes cidades, porque, se de fato havia alguma vida naquela nova civilização, era naqueles centros que ela se concentrava. O despovoamento do campo e o superpovoamento da cidade eram aspectos de um mesmo conjunto de fatos: o problema de viver melhor era um só, em ambos os polos. Até então, o movimento no sentido das cidades havia acumulado desordenadamente grandes áreas-dormitórios, distantes das instituições sociais essenciais da cidade, e não distantes das vantagens oferecidas pelo campo no terreno da recreação: aglomerados de desalinho urbano e suburbano. Quanto à indústria, seguia ela geralmente as linhas de menor resistência; mesmo quando desejava melhores habitações para os seus trabalhadores, geralmente carecia aos

(\*) No original: *Company Town*.

recursos necessários para construí-las: o essencial era um mercado de trabalho amplo e acessível. Por isso, o campo tornou-se mais pobre de recursos humanos; e as cidades não mostravam quaisquer ganhos passíveis de medição em matéria de melhoramento cívico.

Howard propôs-se a retificar essa situação: se a colonização podia ser mais sábiaamente dirigida nas áreas exteriores, como ensinava Wakefield, e como tinha demonstrado a colonização da Nova Zelândia e de Utah, por que não haveria de ser a colonização interior de um país igualmente dirigida? Por que deixar ao acaso algo que estava, por natureza, sujeito ao contróle social, desde que, uma vez que os serviços urbanos elementares tinham sido introduzidos no século dezoenove, nada podia ser feito eficientemente a não ser com auxílio municipal direto? O que estava errado não era o fato de a cidade do fim do século dezoenove não ser planejada; mas o fato de ser tardiamente e mal planejada, e de o contróle da sua existência estar demasiadamente confiado às mãos de especuladores imobiliários e companhias de transportes particulares, a procurar não o bem comum, mas os seus próprios lucros. Era preciso que se demarcassem e localizassem novos sítios industriais, segundo o seu emprego apropriado; era preciso que se construíssem novos bairros residenciais: por que tais funções não eram levadas a cabo em nome da civilização e da vida cívica?

Se cidades novas fossem fundadas deliberadamente, assim como se formam reservatórios nas zonas sujeitas a enchentes, a enchente descontrolada de população que se derramava de forma devastadora sobre a metrópole seria reduzida: haveria uma possibilidade de construir um novo tipo de civilização. O novo tipo de centro regional combinaria as vantagens higiénicas dos subúrbios abertos com as vantagens sociais da cidade grande, daria no seu esquema um lugar igual às possibilidades urbanas e rurais da vida moderna; em suma, seria um ambiente equilibrado. A esse novo núcleo urbano — novo, é claro, no século dezoenove — Howard deu o título de Cidade-Jardim. “A cidade e o campo — disse Howard — precisam ser unidos, e dessa união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização.” Sem usar o conceito de região, a contribuição de Howard foi a de entender o problema da construção de cidades e da habitação como problema regional.

O nome “cidade-jardim” foi rapidamente tomado por grupos de interesses que não tinham nada a ver com as propostas de estadista feitos por Howard; foi ela tratada, mesmo em nossos dias, por Thomas Sharp, como um bode-expia-

tório do tipo aberto de planejamento característico dos subúrbios, desde a Idade Média. Por isso, é importante reconhecermos o que era essencial e original no novo conceito de Howard. O primeiro ponto a ser assinalado é que a terra, na cidade-jardim, não é parcelada para a propriedade individual: deve ser controlada pela autoridade comum, sob a qual é desenvolvida; os incrementos que podem surgir por causa do crescimento da cidade-jardim devem ser reservados para a comunidade. Howard não procurou meramente eliminar o latifundiário particular: eliminou também a tentação de aumentar a densidade, com a finalidade de elevar os valores imobiliários. Assim também, pôs termo à instabilidade provocada pelas alterações irracionais ou especulativas no uso da terra.

A segunda característica importante é o crescimento controlado e a população limitada. O limite externo do desenvolvimento urbano estava patente na proposta de Howard para que se rodassem tódas as cidades-jardins com uma reserva permanente de campo aberto, a ser utilizado fôsse para a agricultura, fôsse para a recreação. Esse cinturão agrícola iria servir não meramente como uma muralha verde, contra a invasão de outras comunidades; iria proporcionar uma oportunidade para a produção local de alimentos, com um bom mercado bem à mão. Tão logo estivessem determinados a área, o perfil e a densidade de tal plano, o seu limite superior de crescimento estaria estabelecido. Howard situou aquêle número mais ou menos ao redor de trinta mil; mas era como que um tiro no escuro: o ponto capital era a noção de que uma cidade moderna, não menos que uma cidade medieval, deve ser planejada tendo em vista as dimensões humanas, e deve ter tamanho, forma e limites definidos. Não se tratava mais de mero aglomerado de casas ao longo de uma avenida indeterminada que se encaminhava para o infinito e terminava de repente, num pântano. Howard concebeu a noção de promover o crescimento urbano até o ponto de maior benefício à vida econômica e social do centro; poderia haver crescimento depois disso, não pelo superpovoamento ou pela ampliação, como nas cidades existentes, mas pela fundação de uma nova cidade-jardim segundo as mesmas linhas.

A terceira noção que Howard introduziu como atributo importante da cidade jardim, não menos importante que a sua dimensão humana, foi a do equilíbrio funcional. Nas suas relações regionais, teria de haver um equilíbrio entre a cidade e o campo; e, no seu desenvolvimento interno, haveria um equilíbrio entre o lar, a indústria e o mercado, entre as fun-

ções políticas, sociais e recreativas. Tratando de introduzir nos seus planos um ambiente equilibrado, com um equipamento completo de serviços sociais, Howard compensou as desvantagens dos esquemas unilaterais de descentralização.

Howard, noutras palavras, não evitou apenas a debilidade do subúrbio-dormitório especializado e da cidade da companhia especializada: eliminou também a possibilidade de deterioração decorrente do êxito — da aglomeração sem limites. Pode dizer-se que Howard foi o primeiro pensador moderno que, a respeito de cidades, teve uma sólida concepção sociológica da dinâmica do crescimento urbano racional.

Nos seus planos para aliviar o congestionamento urbano, limitar a expansão periférica e criar novos núcleos urbanos, Howard fôra antecipado de séculos por Leonardo da Vinci; em que remotas arcas não se encontram as pegadas daquele audaz pioneiro? Leonardo sugerira ao Duque de Milão que lhe desse permissão para construir dez cidades de trinta mil habitantes cada uma, a fim de "separar este grande congestionamento de pessoas que se amontoam como cabras e sementes de pestilência e de morte". É interessante notar que a proposta de cidades-jardins feita por Leonardo foi enunciada na mesma década das suas experiências de vôo mecânico; na realidade, êle projetara duas das principais invenções da nova economia. Mas a cidade-jardim de Howard estava tão adiantada em relação aos sonhos de Leonardo, como o aeroplano de Wright o estava em relação ao seu Grande Pássaro; por um lado, o meio social estava maduro, e por outro, o novo invento funcionou.

O esquema de Howard foi esboçado pela primeira vez em 1898. Letchworth, a primeira cidade-jardim inteiramente equipada, constituída de acôrdo com o projeto de Howard, foi fundada em 1904 por uma associação de utilidade pública especialmente organizada. Ambas as coisas se verificaram se não antes que os principais inventos neotécnicos estivessem prontos, pelo menos antes que tivessem entrado em plena circulação: quando Howard sugeriu aquêle método cívico de descentralização, ninguém podia imaginar o apoio concreto que iria ser dado ao seu plano geral pelo desenvolvimento da linha de transmissão elétrica, do automóvel, da rodovia e do emprego de veículos motorizados para o transporte de bens, para não mencionar a acolhida universal do telefone, do rádio, do fonógrafo e do cinema. Apenas umas poucas mentalidades originais da época, principalmente Peter Kropotkin e Patrick Geddes, tinham-se dado conta das consequências de todos êsses inventos para a nossa civilização na sua totalidade.

O projeto de cidade-jardim de Howard, que foi em 1898 uma sugestão racional, estava não obstante obrigado a enfrentar a oposição cega da indústria paleotécnica, de organização ainda empírica, ainda indiferente ao planejamento, ainda mais indiferente aos efeitos de um ambiente congestionado sobre a saúde e a capacidade de trabalho. Há uma geração, o movimento pela construção de cidades-jardins foi um movimento destracado, porque a concentração de indústrias ainda era economicamente lucrativa; daí ter a cidade-jardim encontrado resistência tanto técnica como financeira, da parte de indústrias que ainda estavam geralmente equipadas para utilizar a máquina a vapor. Depois de 1910, todavia, tanto as correntes de indústrias como as de administração invertaram a sua direção. Por um lado, a descentralização das fontes de energia e dos transportes tornou-se tecnicamente tão viável como tinha sido nos tempos do moinho de vento, da roda-d'água e do canal; e a descentralização da administração tornou-se igualmente possível graças ao emprego maior do telefone e aos meios mecânicos mais perfeitos de contabilidade e controle. O desenvolvimento urbano prosseguiu no velho padrão de aglomeração, não mais por causa de vantagens mecânicas ou econômicas objetivas, mas porque a ordem financeira cristalizara a sua estrutura pecuniária em edifícios anacrônicos, equipamentos antiquados, e cidades obsoletas e tecnicamente super-desenvolvidas.

Letchworth, a primeira cidade-jardim, foi um projeto de demonstração levado a cabo por uma associação privada. Os seus patrocinadores procediam daqueles grupos burgueses que se achavam bem inclinados a empreender experiências sociais, que se davam por satisfeitos em receber um lucro limitado dos seus investimentos e que, por muito tempo ainda, submeteram-se ao pagamento de juros sobre as suas dívidas. Por causa da necessidade de atrair indústrias para o novo centro, êle cresceu lentamente; mas o crescimento foi rápido e sólido; e foi alcançado sem um sacrifício essencial dos princípios originais. Outras colônias, como por exemplo o Subúrbio-jardim de Hampstead, embora tivessem qualidades físicas de planejamento que os punham em pé de igualdade, ou talvez de superioridade, perante Letchworth, eram puramente desenvolvimentos de classe média; por causa do seu êxito em incorporar indústrias e em construir casas de trabalhadores, a cidade-jardim tornou-se ponto de foco, na mente dos planejadores e administradores de mentalidade social do mundo inteiro.

Depois de 1920, todavia, as condições para o êxito da cidade-jardim tornaram-se mais favoráveis, pois a nova cida-

de-jardim não era mais uma tentativa biológica isolada: era a corporificação concreta de processos neotécnicos aplicada ao desenvolvimento urbano. Em toda parte onde o controle esclarecido tornou possível a efetivação de projetos de dimensões consideráveis, a concepção de Howard passou a ser uma poderosa influência: Hilversum, na Holanda; as novas comunidades satélites construídas em Frankfurt-am-Main, por Ernst May; a nova cidade de Radburn, em Nova Jersey, materializavam, em maior ou menor grau, os princípios de Howard.

Entretanto, a ação pública que Howard advogava esperou por muito tempo o suporte que só pode vir de uma política ampla de desenvolvimento regional. Por isso, a reconstrução industrial, da Inglaterra, depois de 1925, que resultou na construção industrial dos condados meridionais em torno de Londres, foi uma oportunidade desperdiçada — um fracasso deplorável em matéria de estatística cívica. Embora milhares de casas para as classes trabalhadoras fôsem edificadas nesse distrito, para acomodações dos novos operários, o trabalho foi feito sob a direção das autoridades dos bairros e condados existentes e a oportunidade de se traçarem cidades inteiramente novas foi desprezada: Becontree, o mais amplo dos novos subúrbios operários, era privado até mesmo da possibilidade de tirar partido das novas obras da Ford Motor, próximas, porque aqueles que ali se achavam eram, por mandato legal e administrativo, exilados dos cortiços de Londres, e não novos trabalhadores.

Nesse mesmo sentido, um passo importante foi dado nos Estados Unidos, quando o Bureau de Re-Colonização Suburbana foi criado em 1934, com o propósito de edificar certo número de cidades-jardins experimentais, apropriadamente denominadas de cidades de cinturão verde, por todo o país. Como tantas outras boas políticas intentadas sob a administração do Presidente Franklin D. Roosevelt, faltava-lhe a vantagem de um apoio executivo coerente, e não conseguiu reunir em si a cooperação das comunidades locais afetadas; afinal, o próprio bureau acabou sendo desfeito, no próprio momento em que, à força de experiências e de erros, começava a dar mostras de ação eficiente. Mas a amplidão e a intenção desses projetos, demonstradas por aqueles que chegaram a ser construídos, deram-lhes um significado que os meros conjuntos habitacionais, planejados em áreas já construídas, muitas vezes em sítios inadequados ou mutilados, não possuíam. De todos os fracassos, talvez o mais crítico, característico da divisão frustradora que existe na prática entre:

o planejamento regional, o planejamento habitacional e a construção de cidades, esfeje no fato de nenhuma tentativa ter sido feita para planejar cidades de cinturão verde para a área em que um grande projeto de planejamento socializado estava sendo realizado, vale dizer, o Vale do Tennessee.

Oportunidades semelhantes de planejamento coordenado em grande escala apresentaram-se no novo desenvolvimento industrial da Rússia Soviética; neste caso, porém, o padrão tem sido prejudicado em parte pela pressa e por causa de uma tendência para o gigantismo, que ficou como oneroso legado da época de Pedro o Grande. Talvez a atitude mais próxima do planejamento cívico, industrial e agrícola, dentro de dimensões humanas, tenha sido a que os holandeses tomaram, ao conquistar as terras do arquipélago de Zuyder Zee; mas, embora a Holanda seja preeminente em matéria de cultura urbana, os holandeses não deram ainda ao desenvolvimento do Zuyder Zee a marca das melhores comunidades modernas existentes em torno de Amsterdão ou de Haia.

A lentidão com que a cidade-jardim lança raízes deve-se ao fato de que ela é, por assim dizer, a forma nativa apenas para uma sociedade cooperativa e planejada socialmente; uma sociedade em que a agricultura esteja em pé de igualdade com a indústria, e na qual a base social necessária de propriedade e controle da terra situa-se na comunidade. Para ser levada a termo com êxito, a cidade-jardim deve ser o produto de uma autoridade regional, com um âmbito maior de ação do que a municipalidade, e com concentração local maior que um bureau centralizado a operar em Washington, Londres ou Paris. A cidade-jardim só pode tomar forma, noutras palavras, quando as nossas instituições políticas e econômicas forem dirigidas no sentido da reabilitação regional. O que é importante reconhecer é que os novos princípios de desenvolvimento urbano, como foi demonstrado por Sir Ebenezer Howard e seus associados, são princípios universais; indicam-ões comunidades urbanas equilibradas, dentro de regiões equilibradas; de um lado, uma difusão mais ampla dos instrumentos e processos de uma cultura humana elevada, e de outro, a infusão na cidade do ambiente capaz de sustentar a vida e dos interesses dirigidos para a vida originados no campo.

